

Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento

Medir para transformar

2026

INPI INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento

Medir para transformar

2026

INPI INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Governo Federal

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é uma autarquia federal responsável por aplicar, em nível nacional, as normas que regulam a propriedade industrial (PI) para que esta cumpra seu papel social, econômico, jurídico e técnico. No cenário atual, em que o conhecimento se tornou um dos principais motores da economia, a PI representa um diferencial competitivo, impulsionando a criatividade e a inovação.

Presidente

JÚLIO CÉSAR CASTELO BRANCO REIS MOREIRA

Diretora Executiva

TANIA CRISTINA LOPES RIBEIRO

Coordenador-Geral de Economia e Inovação

RODRIGO VIEIRA VENTURA

Coordenadora de Inteligência de Mercado

KÁTIA R. DO VALLE FREITAS PINTO

IBID 2026

Unidade responsável

Coordenação-Geral de Economia e Inovação – CGEI
E-mail: economia@inpi.gov.br
Rua Mayrink Veiga 9, Centro, Rio de Janeiro, Brasil
CEP 20090-910.

Equipe de elaboração

RODRIGO VENTURA (*economista-chefe*)
GUSTAVO TRAVASSOS
LUÍS HENRIQUE R. DE CAMPOS
KÁTIA R. DO VALLE FREITAS PINTO
MILENA MARQUES VIANA SIMONACE

Coordenador técnico

GUSTAVO TRAVASSOS

Projeto gráfico

MILENA MARQUES VIANA SIMONACE

Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento

Índice multidimensional que mensura e analisa, anualmente, o desempenho da inovação nas 27 Unidades da Federação e nas cinco Grandes Regiões do Brasil, combinando indicadores de Contexto e Resultado alinhados à estrutura e metodologia do *Global Innovation Index* (GII), da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

© Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI

Como citar:

INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Coordenação-Geral de Economia e Inovação. Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento – IBID 2026. Rio de Janeiro: INPI, 2026.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

https://www.gov.br/inpi

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca de Propriedade Intelectual e Inovação
Economista Claudio Treiguer
Bibliotecário Evanildo Vieira dos Santos - CRB7-4861

I59 Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Presidência. Diretoria Executiva. Coordenação-Geral de Economia e Inovação (CGEI). Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento: IBID: 2026. Medir para transformar. / Rodrigo Ventura [et al.]. Rio de Janeiro: INPI, 2026.

81 p.; figs.

1. Inovação – Brasil. 2. Inovação – Indicadores. 3. Inovação – Ranking. 4. Inovação – Métricas. 5. Ciência e Tecnologia – Ecossistemas regionais. I.Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Brasil). II. Travassos, Gustavo. III. Campos, Luis Henrique R. de. IV. Freitas, Kátia. V. Simonace, Milena Marques Viana.

CDU: 5/6:338(81)

SUMÁRIO

Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento – IBID 1

Estrutura 3

Sobre a publicação 6

1. IBID 2026: visão geral 8

2. Visão por tema 32

2.1 Instituições 33

2.2 Capital humano 35

2.3 Infraestrutura 37

2.4 Economia 39

2.5 Negócios 41

2.6 Conhecimento e tecnologia 44

2.7 Economia criativa 46

3. Visão geográfica 48

3.1 Norte 50

3.2 Nordeste 51

3.3 Sudeste 52

3.4 Sul 53

3.5 Centro-Oeste 54

3.6 Visão de conjunto 55

Anexo 1. Metodologia 56

Engenharia de dados 56

Método de cálculo 57

Anexo 2. Glossário de Indicadores 59

Referências bibliográficas 72



Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento – IBID

Reconhecido por suas dimensões continentais, o Brasil é marcado por grande diversidade econômica, social, cultural e ambiental. Essa pluralidade se manifesta de forma expressiva nas realidades regionais, que apresentam trajetórias e dinâmicas distintas de desenvolvimento. Compreender essas assimetrias é fundamental para a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais que promovam um crescimento territorialmente mais equilibrado e inclusivo.

Com base nessa premissa, o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, por meio de sua **Coordenação-Geral de Economia e Inovação**, apresenta a **3ª edição do Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento – IBID**, instrumento concebido para mensurar e analisar o desempenho dos ecossistemas locais de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) em todo o território nacional.

A primeira edição do IBID, publicada em 2024, consolidou-se como um marco institucional ao oferecer à sociedade um **indicador multidimensional sintético e oficial da inovação no Brasil**, alinhado à metodologia do **Índice Global de Inovação** (*Global Innovation Index – GII*), da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. Ao fornecer um retrato abrangente e regionalizado do Sistema Nacional de Inovação (SNI), o IBID tornou-se referência para governos, órgãos públicos, empresas, instituições de pesquisa e sociedade civil interessados no fortalecimento da inovação como vetor do desenvolvimento econômico e social.

O IBID é um indicador multidimensional sintético e oficial da inovação no Brasil, alinhado à metodologia do Índice Global de Inovação (*Global Innovation Index – GII*), da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

Nesta terceira edição, o IBID reforça sua missão de apoiar a formulação de políticas públicas e iniciativas privadas com base em **evidências quantitativas**, ampliando a capacidade de análise territorial e comparativa dos fenômenos inovativos. Além de atualizar os dados e indicadores estatísticos, o estudo oferece uma leitura completa da **evolução da inovação no país entre 2014 e 2026**, destacando as **transformações espaciais, econômicas e tecnológicas** que influenciaram o desempenho das Unidades da Federação (UFs) e das cinco macrorregiões brasileiras ao longo da década.

A cada nova edição, o IBID amplia não apenas a base de dados, mas a própria capacidade analítica sobre o que essa base revela. É esse o salto que a edição de 2026 propõe.

Nas duas edições anteriores, o índice cumpriu a função primordial de diagnóstico: retratar, com rigor estatístico e regionalização plena, onde a inovação se concentra e onde ela ainda não chegou. Esse retrato permanece – e permanece indispensável –, mas a pergunta que esta edição acrescenta é outra: por que unidades federativas dotadas de volumes semelhantes de insumo, renda ou infraestrutura convertem essa base em resultado concreto de inovação de forma tão desigual entre si?

A resposta que este relatório persegue está ancorada na teoria da complexidade econômica, tal como formalizada por Hidalgo e Hausmann (2009) e consolidada no *Atlas of Economic Complexity* de Hausmann et al. (2011), e aplicada à economia brasileira por Gala (2017).

O argumento central dessa literatura é simples de enunciar e profundo em suas implicações: o resultado econômico de um território não decorre, em primeiro lugar, do volume de recursos de que dispõe, mas da diversidade e da sofisticação das capacidades produtivas que acumulou ao longo de sua trajetória – e é da recombinação dessas capacidades, não da sua simples posse, que nasce a inovação. Um estado pode reunir infraestrutura robusta, capital humano qualificado e renda elevada e, ainda assim, converter pouco desse potencial em patente, em empresa inovadora, em produção científica, se sua estrutura produtiva carecer da diversificação capaz de sustentar esse salto.

Essa é a lacuna que a leitura tradicional de Contexto e Resultado, por si só, não capta – e é para preenchê-la que esta edição introduz, ao lado dos rankings já consolidados, duas ferramentas analíticas inéditas na série histórica do índice: o Índice de Conversão em Inovação (ICI), que isola a eficiência com que cada UF transforma Contexto em Resultado, e o cruzamento do IBID com o Índice de Complexidade Econômica Regional (ICE-R), que testa se essa eficiência de conversão acompanha a sofisticação da base produtiva de cada estado.

A Seção 1 deste relatório está organizado, pela primeira vez, em dois blocos analíticos que refletem essa dupla pergunta. O bloco *Inovação* mantém a função de sempre: mapear quem lidera, nacional e regionalmente, e quem se aproxima ou se distancia do topo do ranking ao longo do tempo. O bloco *Desenvolvimento*, inteiramente novo nesta edição, investiga por que a conversão de insumo em resultado varia tanto entre UFs de ponto de partida semelhante, e conclui que a resposta está, em boa medida, na estrutura produtiva de cada uma.

Essa distinção entre os dois blocos não altera a arquitetura interna do índice – os grupos Contexto e Resultado, os sete pilares e as 21 dimensões seguem inalterados. O que muda é a lente com que os resultados do IBID passam a ser lidos: não apenas como retrato de um cenário, mas como evidência de uma dinâmica de desenvolvimento em curso.

No decorrer desse período, o Brasil passou por profundas mudanças estruturais, tanto internas quanto externas. Fatores como os ciclos econômicos, a pandemia de COVID-19, a transformação digital, o envelhecimento populacional e os avanços em inteligência artificial, robótica e sustentabilidade remodelaram o espaço geográfico. Essas

mudanças impactaram de maneira diferenciada os territórios brasileiros, o que reforça a importância de um índice de inovação que permita comparações regionais e setoriais consistentes.

O IBID 2026 deixa de retratar apenas onde a inovação está para revelar por que alguns territórios transformam capacidades em resultados de forma mais eficiente – oferecendo evidências para orientar decisões e políticas de desenvolvimento

Mais do que mensurar a inovação, o IBID busca orientar o processo decisório de formuladores de políticas, investidores e gestores públicos e privados, oferecendo uma base confiável para o planejamento de ações voltadas à promoção do desenvolvimento, com ênfase na geração de conhecimento, no uso estratégico da propriedade industrial e no fortalecimento das capacidades tecnológicas do país. Ao apresentar esta 3ª edição, o INPI reafirma seu compromisso com o fortalecimento da propriedade industrial como ferramenta estratégica para o desenvolvimento do país e com a disseminação de dados e análises que contribuam para a construção de uma economia mais inovadora, competitiva e inclusiva.

Estrutura

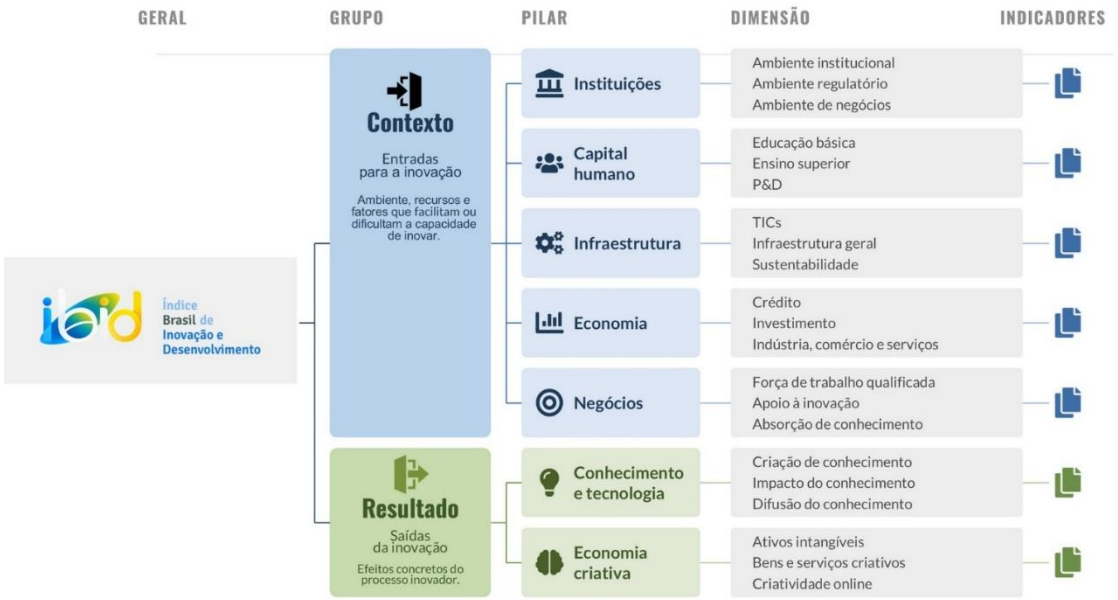
O IBID mantém, nesta edição, a mesma base conceitual utilizada desde sua primeira publicação. O índice é formado por dois grandes blocos de análise:

- ***Contexto*****,** que representa as entradas (inputs) para a inovação, avaliando o ambiente, os recursos e os fatores que facilitam ou dificultam a capacidade de inovar em cada estado ou região; e
- ***Resultado*****,** que representa as saídas (outputs) do processo de inovação, mensurando seus efeitos concretos, como a geração de marcas e patentes, a produção científica e o desenvolvimento e uso de novas tecnologias.

Esses dois blocos se desdobram em sete áreas temáticas principais (chamadas de ***pilares***) e 21 aspectos específicos (ou ***dimensões***), que são analisados por meio de **81 indicadores estatísticos** (Fig.1). Esses dados são coletados de fontes oficiais e estão organizados de forma a mostrar o desempenho de cada estado e macrorregião do Brasil, permitindo uma comparação precisa e equilibrada entre eles.

Fig.1. Estrutura do IBID

Estrutura: o IBID como a versão brasileira do GII



O que é o IBID



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

A metodologia do IBID baseia-se integralmente no modelo do Índice Global de Inovação (*Global Innovation Index – GII*), elaborado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). O *GII* é publicado anualmente desde 2007 e avalia atualmente 139 economias, oferecendo uma visão ampla sobre o que facilita ou limita a inovação no mundo. Ele organiza os países em rankings, diferenciando os fatores que criam condições para inovar e os que mostram os resultados concretos da inovação.

O desempenho do Brasil no *Global Innovation Index*

Na edição de 2026 do *Global Innovation Index* (GII) o Brasil ocupa a 53ª posição entre 139 economias avaliadas. Desde 2019, o Brasil integra o grupo de economias que registraram avanços expressivos no ranking – os chamados *climbers*. No recorte por nível de renda, o país ocupa a 6ª posição entre 35 economias de renda média-alta. Na América Latina e no Caribe, mantém o 2º lugar entre 21 economias, atrás do Chile, que ocupa a 51ª posição global. O Brasil se destaca entre os pares por ser a única economia da região cujo desempenho em inovação supera o esperado para seu nível de desenvolvimento, segundo a classificação da OMPI.

A decomposição do índice evidencia uma assimetria persistente entre os recursos e as condições disponíveis para inovar e os resultados efetivamente alcançados. Em 2026, o Brasil ocupa a 66ª posição em insumos de inovação e a 50ª em resultados de inovação.

Entre as potencialidades brasileiras, destacam-se a produção científica, a atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D), a economia marcária, os investimentos de capital de risco (*venture capital*) e a presença de São Paulo entre os principais *clusters* mundiais de inovação. O desafio permanece em ampliar a produtividade, fortalecer a P&D empresarial e melhorar o ambiente de negócios e a formação de capital humano em ciências exatas e engenharia.

Essa assimetria entre insumos e resultados oferece um contraponto internacional relevante para a análise das diferenças territoriais de inovação trazida pelo IBID.

Assim como o *GII* permite comparar o Brasil com outros países no cenário internacional, o IBID aplica essa mesma lógica dentro do território nacional. Ou seja, fornece um panorama completo da inovação no Brasil e permite entender quais estados e regiões estão mais avançados, quais têm maior potencial e onde estão os principais desafios, ajudando a identificar onde investir, que políticas priorizar e como estimular o desenvolvimento de forma mais equilibrada e inteligente.

Em um contexto global crescentemente competitivo, orientado pela economia do conhecimento e pela transformação tecnológica, contar com indicadores robustos, atualizados e comparáveis deixou de ser um diferencial – tornou-se uma necessidade estratégica. O IBID responde a essa demanda crescente ao disponibilizar uma ferramenta técnica e acessível que qualifica o debate sobre inovação no país, fortalece a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e amplia a capacidade do Estado e da sociedade de agir com foco em resultados concretos e de longo prazo.

Sobre a publicação

Este relatório apresenta uma síntese dos resultados do IBID 2026, organizados conforme a estrutura descrita a seguir:

- *Seção 1: Visão geral*. Organizada em dois blocos: 'Inovação', que traça o cenário nacional da inovação e identifica os líderes regionais; e 'Desenvolvimento', que testa, à luz da complexidade econômica, por que UFs com Contexto ou renda parecidos convertem esse insumo em resultado de forma desigual – teste feito com duas ferramentas inéditas nesta edição, o Índice de Conversão em Inovação (ICI) e o cruzamento do IBID com o Índice de Complexidade Econômica Regional (ICE-R).

- *Seção 2: Visão por tema*. Diagnósticos temáticos baseados no desempenho dos estados e regiões em sete pilares de inovação: Instituições; Capital humano; Infraestrutura; Economia; Negócios; Conhecimento e tecnologia; e Economia criativa.

- *Seção 3: Visão geográfica*. Diagnósticos realizados sob a perspectiva territorial, com foco no desempenho individual de cada Grande Região e das UFs que as integram.

- *Anexos*. Apresenta em detalhe os 81 indicadores que compõem o IBID, bem como a metodologia que orienta sua construção e aplicação.



Os resultados detalhados do IBID encontram-se tabulados nos Quadros Completos da publicação, base de dados disponível no Portal do INPI.

Clique aqui para acessar o INPI Data.

Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID): Resultados 2026 | Quadros Completos

Lista de tabelas

Tab. 1A. IBID, índice geral e subíndices por grupo e pilar, por Unidade da Federação (UF), 2026.

Tab. 1B. IBID, índice geral e subíndices por grupo e pilar, por Grande Região (GR) e média nacional (BR), 2026.

Tab. 1C. IBID, índice geral e subíndices por grupo, por Unidade da Federação (UF), 2016 x 2026.

Tab. 2A. IBID, subíndices do pilar Instituições e suas respectivas dimensões, por Unidade da Federação (UF), 2026.

Tab. 2B. IBID, subíndices do pilar Instituições e suas respectivas dimensões, por Grande Região (GR) e média nacional (BR), 2026.

Tab. 3A. IBID, subíndices do pilar Capital humano e suas respectivas dimensões, por Unidade da Federação (UF), 2026.

Tab. 3B. IBID, subíndices do pilar Capital humano e suas respectivas dimensões, por Grande Região (GR) e média nacional (BR), 2026.

Tab. 4A. IBID, subíndices do pilar Infraestrutura e suas respectivas dimensões, por Unidade da Federação (UF), 2026.

Tab. 4B. IBID, subíndices do pilar Infraestrutura e suas respectivas dimensões, por Grande Região (GR) e média nacional (BR), 2026.

Tab. 5A. IBID, subíndices do pilar Economia e suas respectivas dimensões, por Unidade da Federação (UF), 2026.

Tab. 5B. IBID, subíndices do pilar Economia e suas respectivas dimensões, por Grande Região (GR) e média nacional (BR), 2026.

Tab. 6A. IBID, subíndices do pilar Negócios e suas respectivas dimensões, por Unidade da Federação (UF), 2026.

Tab. 6B. IBID, subíndices do pilar Negócios e suas respectivas dimensões, por Grande Região (GR) e média nacional (BR), 2026.

Tab. 7A. IBID, subíndices do pilar Conhecimento e tecnologia e suas respectivas dimensões, por Unidade da Federação (UF), 2026.

Tab. 7B. IBID, subíndices do pilar Conhecimento e tecnologia e suas respectivas dimensões, por Grande Região (GR) e média nacional (BR), 2026.

Tab. 8A. IBID, subíndices do pilar Economia criativa e suas respectivas dimensões, por Unidade da Federação (UF), 2026.

Tab. 8B. IBID, subíndices do pilar Economia criativa e suas respectivas dimensões, por Grande Região (GR) e média nacional (BR), 2026.

Anexo 1. Estrutura de classificação do IBID.

Anexo 2. Glossário de indicadores do IBID.

Disponível em: < https://www.inpidata.inpi.gov.br >

1. IBID 2026: visão geral

As tendências observadas no **IBID 2026** são apresentadas por meio de oito evidências, organizadas em dois blocos centrais – ***Inovação*** e ***Desenvolvimento***.

- O primeiro traz o cenário completo da inovação no Brasil – mostra quem lidera, nacional e regionalmente, e quem se aproxima ou se distancia do topo do ranking ao longo do tempo;

- O segundo investiga uma questão mais estrutural: entre UFs com o mesmo volume de recursos, quem converte essa capacidade instalada em resultado concreto – patente, marca, empresa inovadora, produção científica – e quem não consegue, e por quê.

Juntas, essas evidências explicam, sob ângulos diferentes, por que a inovação se distribui de forma tão desigual entre 27 unidades federativas que compartilham moeda, legislação e instituições. A resposta está na teoria da complexidade econômica: a inovação não é automática; ela decorre de um processo estrutural que molda a trajetória de cada território – seja ele um país ou um estado. A diversidade e a sofisticação das capacidades produtivas acumuladas ao longo do tempo são essenciais para compreender este sistema.

Ao final do capítulo, um terceiro bloco – ***Implicações estratégicas para os estados brasileiros*** – traduz esses achados em subsídios para políticas públicas.

1.1 Inovação

O primeiro bloco mapeia o cenário atual da inovação no Brasil e sua dinâmica no território: quem lidera, quem se aproxima e quem se distancia do topo – no país como um todo e dentro de cada região.

Quais as UFs mais inovadoras do país

Quem são os líderes regionais em inovação

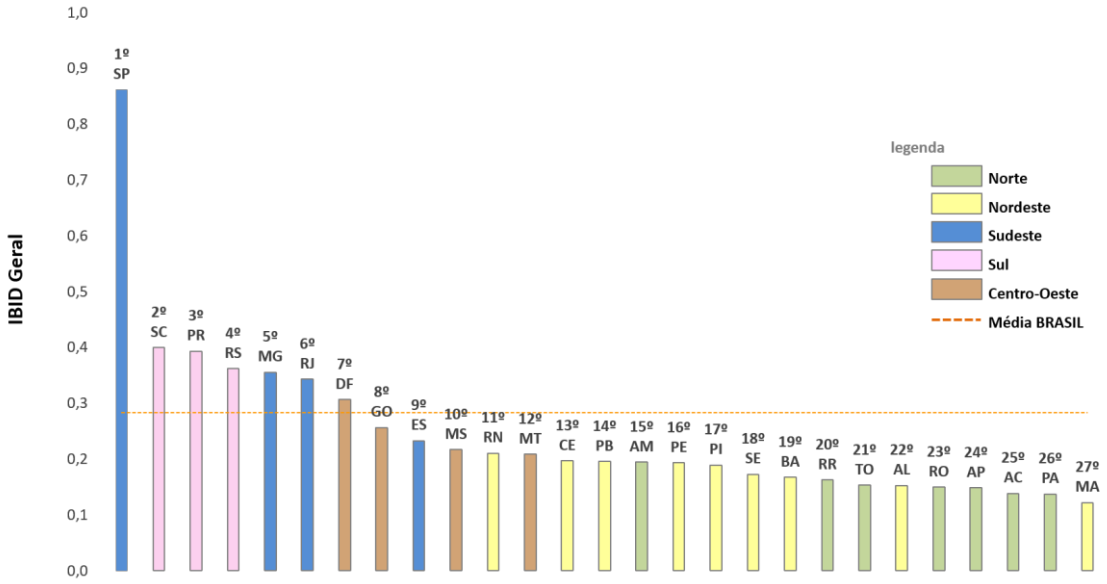
Qual a dinâmica territorial da inovação no Brasil: quem se aproxima e quem está se distanciando do topo do ranking

---

Evidência 1

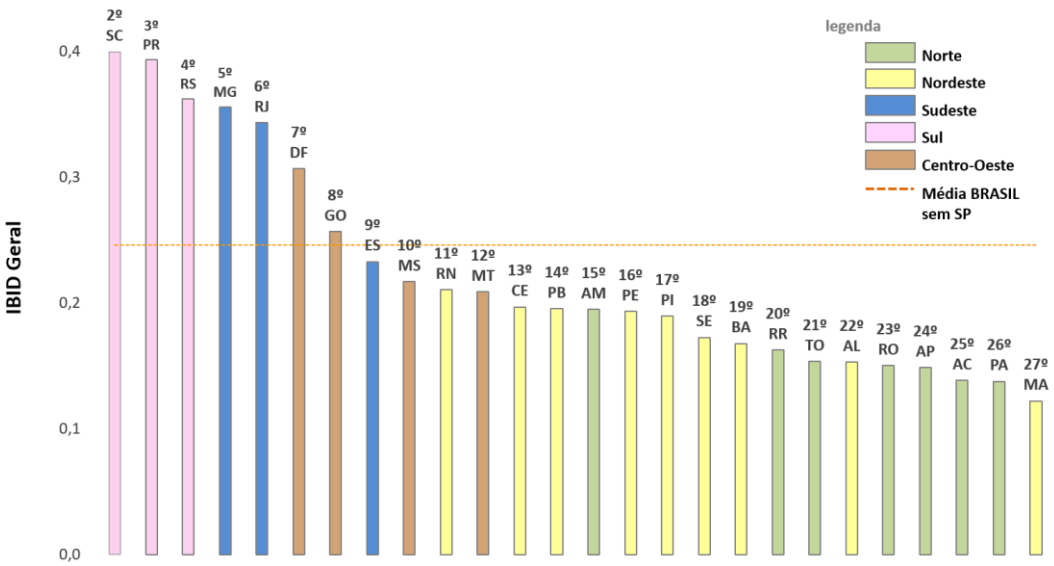
São Paulo lidera com folga o ranking nacional de inovação, seguido por Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (Fig.2, Fig.3 e Fig.4)

Fig.2. IBID 2026 – Ranking geral das UFs



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

Fig.3. IBID 2026 – Ranking geral das UFs, excluindo-se São Paulo



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

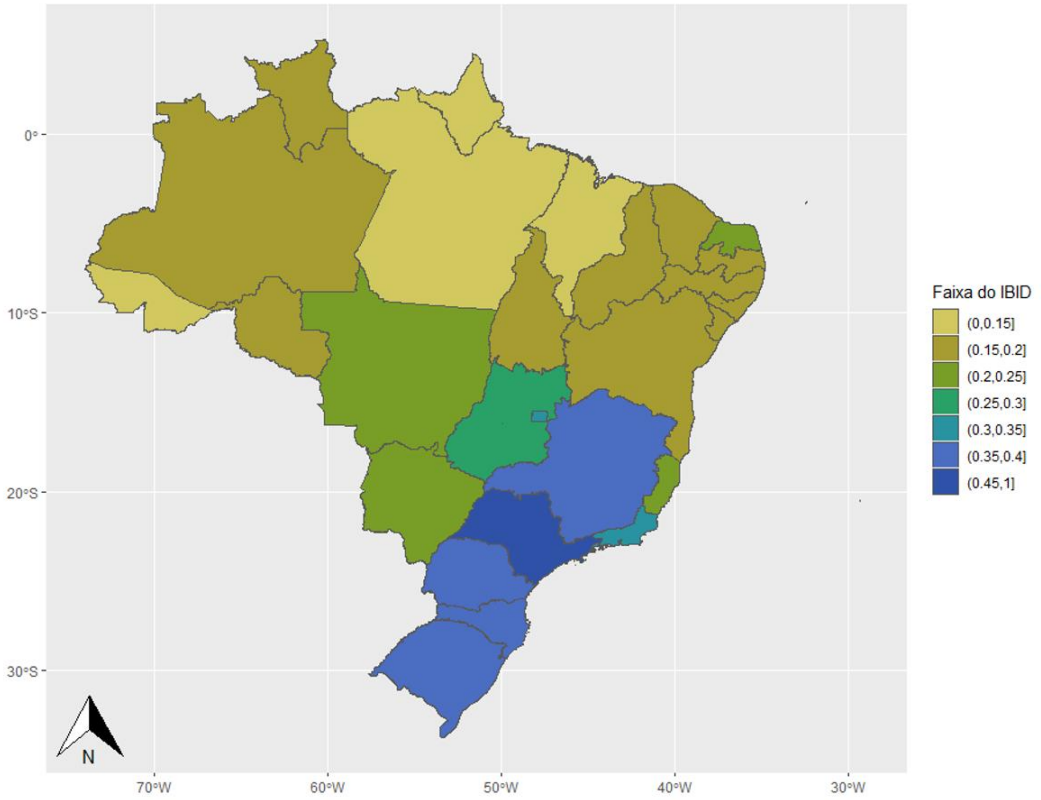
- São Paulo reafirma sua liderança nacional em inovação: o IBID da economia paulista atinge 0,861 em 2026, equivalente a 3 vezes a média nacional (0,284). O estado ocupa a 1ª posição em todas as edições do índice, de 2014 a 2026 – liderança absoluta e ininterrupta ao longo de treze anos consecutivos de série histórica do indicador do INPI.

- Santa Catarina ocupa a 2ª posição, seguido de perto pelo Paraná (3ª). Rio Grande do Sul (4ª) e Minas Gerais (5ª) completam o grupo das cinco economias mais inovadoras do Brasil.

- Sete estados superam a média nacional do IBID em 2026: São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

- As regiões Sudeste e Sul dominam a inovação no país, com sete das dez primeiras posições do ranking nacional ocupadas por seus estados; o Centro-Oeste completa este grupo com Distrito Federal (7º), Goiás (8º) e Mato Grosso do Sul (10º). Em contraste, Norte e Nordeste concentram os quinze últimos colocados do ranking geral.

Fig.4. IBID 2026 – Visão territorial



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

Evidência 2

Rio Grande do Sul e Minas Gerais avançam, reposicionando o Rio de Janeiro duas posições abaixo em relação ao ranking de 2025 (Fig.5, Fig.6 e Fig.7)

- Cinco UFs mantiveram sua posição no ranking geral do IBID entre 2025 e 2026; e vinte e duas mudaram, com doze avançando e dez recuando.

- Santa Catarina mantém a 2ª posição nacional, seguida pelo Paraná (3º), com margem estreita entre os dois. Entre 2025 e 2026, o Paraná ganhou uma posição no ranking específico de Resultado (IBID-Resultado), o que contribuiu para reduzir a distância entre eles na pontuação geral do IBID.

- O Rio de Janeiro retrocedeu da 4ª para a 6ª colocação nacional, puxado, sobretudo, pelo grupo IBID-Resultado, onde a UF perdeu três posições no ranking. Com isso, Rio Grande do Sul (4º) e Minas Gerais (5º) ultrapassam o Rio de Janeiro. A economia mineira se destaca por avançar duas posições no ranking de Resultado.

- Nos demais movimentos do painel entre 2025 e 2026, Roraima (+4 posições) e Alagoas (+3) registram as maiores altas de posição no ranking geral do IBID,

seguidos por Amazonas e Acre (+2 cada). Por outro lado, o Pará (-4) lidera as quedas, seguido por Bahia e Pernambuco (-3 cada). Rio de Janeiro e Rondônia perdem duas posições cada.

Fig.5. Comparativo IBID 2026 x IBID 2025: ranking geral e por grupo (Contexto e Resultado)

UF	Ranking 2026	IBID 2026	Ranking 2025	IBID 2025	IBID Δ 2026 x 2025	IBID-Contexto Δ 2026 x 2025	IBID-Resultado Δ 2026 x 2025
SP	1	0,861	1	0,872	= 0	= 0	= 0
SC	2	0,399	2	0,449	= 0	= 0	= 0
PR	3	0,393	3	0,413	= 0	= 0	↗ 1
RS	4	0,362	5	0,398	↗ 1	= 0	= 0
MG	5	0,356	6	0,368	↗ 1	= 0	↗ 2
RJ	6	0,343	4	0,410	↘ 2	= 0	↘ 3
DF	7	0,307	7	0,291	= 0	↘ 1	↗ 1
GO	8	0,257	9	0,251	↗ 1	↗ 1	↗ 1
ES	9	0,233	8	0,266	↘ 1	= 0	↘ 8
MS	10	0,217	10	0,234	= 0	= 0	↘ 6
RN	11	0,210	12	0,207	↗ 1	↗ 3	↗ 1
MT	12	0,209	11	0,220	↘ 1	= 0	↘ 3
CE	13	0,197	14	0,198	↗ 1	↗ 2	↗ 2
PB	14	0,195	15	0,181	↗ 1	↗ 8	↗ 1
AM	15	0,195	17	0,181	↗ 2	↘ 1	↗ 5
PE	16	0,193	13	0,201	↘ 3	↗ 1	↗ 1
PI	17	0,190	18	0,178	↗ 1	↗ 3	↗ 5
SE	18	0,173	19	0,175	↗ 1	↗ 3	↘ 3
BA	19	0,168	16	0,181	↘ 3	↘ 4	↘ 3
RR	20	0,163	24	0,150	↗ 4	↗ 3	↗ 3
TO	21	0,154	20	0,166	↘ 1	↘ 4	↗ 2
AL	22	0,153	25	0,148	↗ 3	= 0	↗ 1
RO	23	0,150	21	0,161	↘ 2	↘ 2	↘ 3
AP	24	0,149	23	0,154	↘ 1	↘ 6	↗ 2
AC	25	0,138	27	0,122	↗ 2	= 0	↗ 6
PA	26	0,137	22	0,154	↘ 4	↘ 6	↘ 2
MA	27	0,122	26	0,127	↘ 1	= 0	↘ 3

legenda

- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste
- ↗ n Nº posições ganhas
- ↘ n Nº posições perdidas
- = 0 Estabilidade

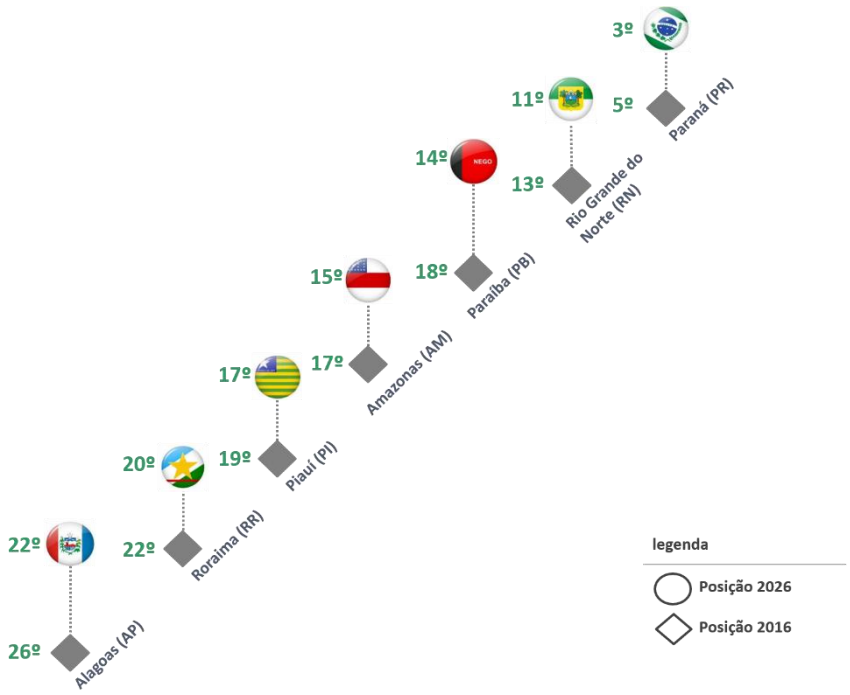
Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

- Já sob uma perspectiva de médio prazo, Paraná, Rio Grande do Norte, Paraíba, Amazonas, Piauí, Roraima e Alagoas se destacam como os estados com avanço mais acelerado no IBID ao longo do período 2016-2026, classificados como *climbers* (escaladores, em português) pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

- Dentre as UFs que figuram no topo do ranking geral do IBID – que são rigorosamente as mesmas no decorrer de todo o período 2016-2026 – destaque para o desempenho do Paraná, que salta da 5ª para a 3ª posição. A economia paranaense se consolida ao longo da década como protagonista no cenário nacional da inovação.

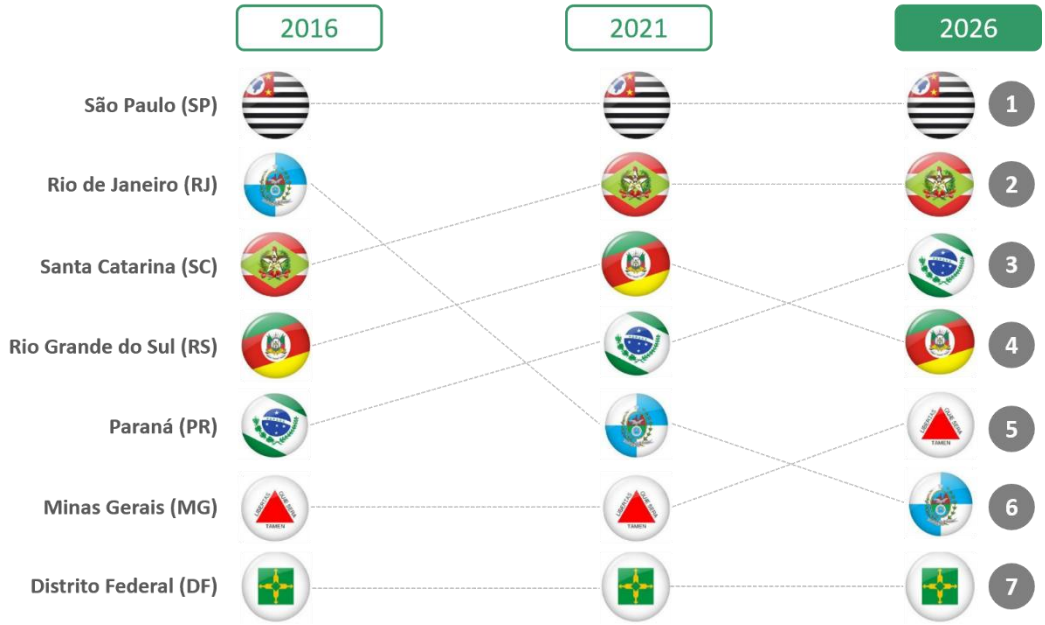
- Entre os demais escaladores, destacam-se a Paraíba, que subiu da 18ª para a 14ª colocação, com desempenho consistente, e Alagoas, que também saltou quatro posições para alcançar a 22ª colocação.

Fig.6. Climbers do IBID: UFs de mais rápido crescimento no ranking geral, 2016 x 2026



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

Fig.7. UFs mais inovadoras do Brasil segundo o IBID: análise comparativa 2016 x 2026



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

Evidência 3

São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e Amazonas são os líderes regionais do IBID 2026 (Fig.8)

- No IBID 2026, em comparação ao ano anterior, não houve mudança nas lideranças regionais.
- Regionalmente, observa-se que:
    - No Norte, o Amazonas mantém a liderança conquistada em 2025, com a vice-liderança mudando de Tocantins para Roraima. A região historicamente mostra maior alternância na disputa pela liderança regional.
    - No Nordeste, o Rio Grande do Norte mantém a liderança obtida em 2021, enquanto a vice-liderança muda de Pernambuco para o Ceará.
    - No Sudeste, São Paulo mantém a liderança, mas a vice-liderança muda do Rio de Janeiro para Minas Gerais – a primeira alteração nessa posição em toda a série histórica do IBID. O Rio de Janeiro ocupou o 2º lugar da região ininterruptamente entre 2014 e 2025.
    - Novamente não houve mudança no Centro-Oeste: Distrito Federal lidera e Goiás ocupa a vice-liderança pelo décimo terceiro ano consecutivo, sem uma única alteração em toda a série histórica do índice.

- Por fim, no Sul, Santa Catarina mantém a liderança regional pelo sétimo ano consecutivo, seguido pelo Paraná por estreita margem.

Fig.8. Líderes regionais do IBID: economias mais inovadoras por Grande Região



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

Evidência 4

A inovação no Brasil ainda é territorialmente assimétrica, mas a distância entre os líderes e demais estados diminuiu levemente entre 2025 e 2026 (Fig.9, Fig. 10, Fig. 11 e Fig.12)

- O cenário retratado pelo IBID 2026 evidencia a concentração dos maiores índices de inovação nas regiões Sudeste e Sul, com algum grau de difusão para o Centro-Oeste. Já as regiões Norte e Nordeste seguem aquém do desempenho desejável, mas por caminhos distintos, com desafios estruturais próprios a cada uma.

- São Paulo (1º) mantém a liderança em seis dos sete pilares que compõem o IBID, consolidando-se como referência nacional em inovação de forma ampla e equilibrada.

    - São Paulo lidera 36 dos 81 indicadores específicos que compõem o IBID 2026 (44%), com desempenho especialmente destacado no grupo Resultado – onde lidera em 18 dos 25 indicadores (72%).

- Santa Catarina (2º) e Paraná (3º) apresentam desempenho consistente em todos os pilares de inovação avaliados. Já para Rio Grande do Sul (4º), Minas Gerais (5º), Rio de Janeiro (6º) e Distrito Federal (7º), o desequilíbrio no conjunto dos indicadores é representado pela falta de uniformidade entre os pilares, o que compromete a colocação destas UFs no ranking geral.

- Em contraste, as unidades federativas com pior desempenho em cada pilar estão distribuídas de forma heterogênea ao longo do ranking geral, indicando que gargalos específicos – e não necessariamente baixo desempenho em todos os aspectos – comprometem sua posição final. Essa dispersão de fragilidades sugere a necessidade de estratégias direcionadas, adaptadas aos desafios estruturais de cada estado.

- Os últimos colocados no ranking geral concentram-se predominantemente nas regiões Norte e Nordeste, refletindo desigualdades regionais persistentes e maior exposição a fragilidades estruturais nos pilares essenciais à inovação.

Fig.9. IBID 2026: Ranking geral e por pilar de inovação

	UF	IBID	Instituições	Capital humano	Infraestrutura	Economia	Negócios	Conhecimento e tecnologia	Economia criativa
1	SP	0,861	2	1	1	1	1	1	1
2	SC	0,399	3	6	2	3	7	2	5
3	PR	0,393	8	3	5	5	4	3	6
4	RS	0,362	11	7	6	4	2	4	7
5	MG	0,356	12	5	7	9	6	5	2
6	RJ	0,343	17	4	4	10	5	6	3
7	DF	0,307	15	2	3	27	3	7	4
8	GO	0,257	1	9	9	2	14	19	8
9	ES	0,233	9	8	8	11	9	18	15
10	MS	0,217	10	10	10	8	12	14	18
11	RN	0,210	13	21	11	18	11	9	13
12	MT	0,209	4	11	14	6	16	22	17
13	CE	0,197	21	14	22	7	19	10	12
14	PB	0,195	25	17	20	16	8	11	14
15	AM	0,195	5	13	24	22	13	16	9
16	PE	0,193	27	19	16	19	10	8	10
17	PI	0,190	19	18	17	14	20	12	11
18	SE	0,173	23	26	13	12	15	15	19
19	BA	0,168	20	20	12	15	23	24	16
20	RR	0,163	6	12	26	23	22	20	25
21	TO	0,154	14	15	23	13	21	27	20
22	AL	0,153	18	27	21	24	17	17	23
23	RO	0,150	7	24	19	21	27	21	26
24	AP	0,149	22	16	15	26	25	23	21
25	AC	0,138	24	23	27	25	18	13	22
26	PA	0,137	16	22	18	20	24	26	24
27	MA	0,122	26	25	25	17	26	25	27



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

Fig.10. Quantidade de indicadores do IBID em que cada UF aparece em 1º lugar

UF	Contexto	Resultado	Total
SP	18	18	36
DF	10	1	11
SC	4	2	6
PR	3	2	5
GO	4	0	4
AP	3	0	3
AM	2	0	2
ES	2	0	2
MG	1	1	2
MT	2	0	2
PB	2	0	2
PI	2	0	2
RS	1	1	2
AC	1	0	1
CE	1	0	1
RN	1	0	1
RR	1	0	1
Total	**58**	**25**	**83**

Nota: O somatório total pode exceder 81 (número de indicadores do IBID) em razão de empates na liderança de determinados indicadores, situação verificada em 2026.

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

- Apesar do indiscutível protagonismo da economia paulista no cenário da inovação no Brasil, a dinâmica territorial apresenta leve desconcentração das atividades. Em 2016, a pontuação mediana das unidades federativas correspondia a 22% do desempenho de São Paulo, líder nacional em inovação. Em 2026, essa proporção subiu para 23%, indicando um discreto espraiamento das atividades inovadoras no país.

- Embora incipiente, esse avanço sugere que parte das UFs tem conseguido melhorar seu desempenho relativo, reduzindo gradualmente a distância em relação à economia paulista. Dentre os sete estados líderes do ranking do IBID entre 2016 e 2026, o comparativo com São Paulo (1º), líder absoluto no período, mostra que:

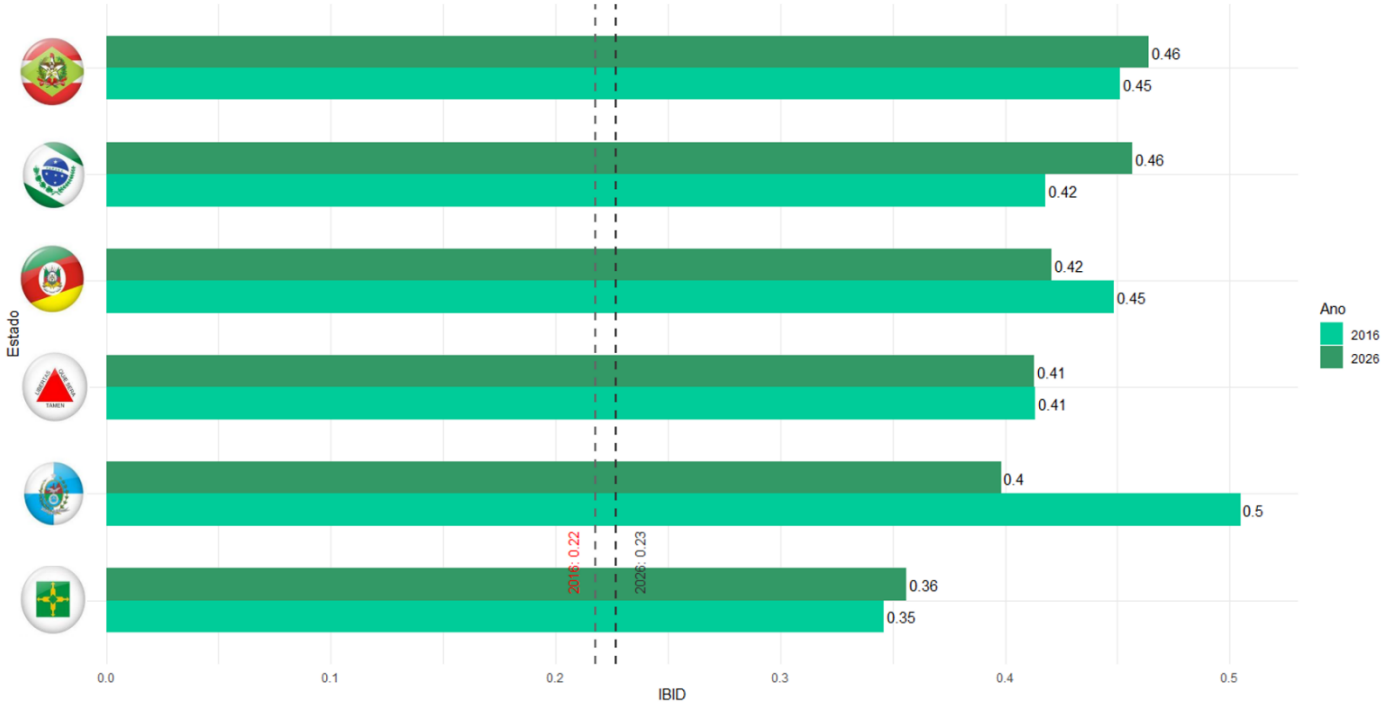
    - Santa Catarina (2º; -1 ponto percentual), Paraná (3º; -4 p.p.) e Distrito Federal (7º; -1 p.p.) reduziram a distância em relação à economia paulista.

    - Em contraste, o Rio Grande do Sul (4º; +3 p.p.) não acompanhou essa trajetória de convergência e ampliou sua distância relativa.

    - Um caso se destaca: o Rio de Janeiro (6º) foi o estado que mais se afastou de São Paulo na década, com a distância percentual ao líder saltando 10 pontos percentuais.

- Minas Gerais (5º), por sua vez, manteve estabilidade em sua distância relativa a São Paulo.

Fig.11. Proximidade das economias mais inovadoras do Brasil ao líder nacional do IBID, São Paulo: análise comparativa 2016 x 2026

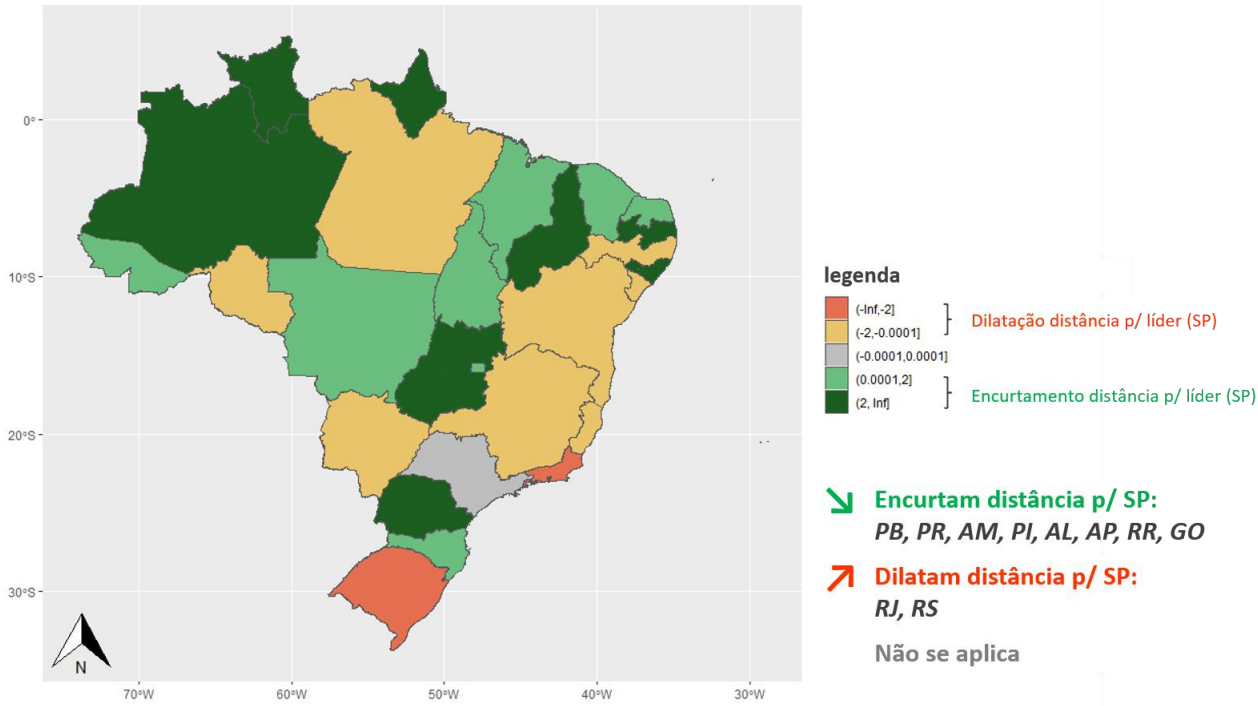


Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

- Essa leitura ganha profundidade quando estendida às cinco macrorregiões do país. Das 26 UFs à exceção de São Paulo, 16 reduziram sua distância percentual ao líder nacional, 8 a ampliaram e 2 permaneceram estáveis (variação inferior a 0,1 p.p.).

    - Paraíba (14º; -3,9 p.p.), Paraná (3º; -3,8 p.p.) e Amazonas (15º; -3,7 p.p.) lideraram a aproximação a São Paulo na década 2016-2026, seguidos por Piauí (17º), Alagoas (22º), Amapá (24º), Roraima (20º) e Goiás (8º) – um grupo majoritariamente de economias das Regiões Nordeste e Norte. Em contraste, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul destacam-se pela dilatação da distância para São Paulo.

Fig.12. Evolução da distância relativa das UFs para a economia líder nacional do IBID, São Paulo, entre 2016 e 2026



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

- Por fim, o Índice de Gini – medida-padrão de desigualdade na distribuição de uma variável entre unidades, oscilando de 0 (igualdade perfeita) a 1 (concentração máxima) – caiu de 0,274, em 2025, para 0,261, em 2026, ao ser aplicado à pontuação do IBID entre as 27 UFs.
    - A leitura do Índice de Gini reforça, portanto, a evidência de desconcentração modesta da inovação no território nacional.

1.2 Desenvolvimento

O primeiro bloco mostrou quem lidera a inovação no Brasil, e quem se aproxima ou se distancia do topo. O segundo muda o foco: quem converte melhor o que tem, e por quê.

A resposta exige uma leitura específica do conceito de desenvolvimento – não crescimento do produto, mas complexidade econômica: a capacidade de um território produzir bens e serviços mais sofisticados, intensivos em tecnologia e diferenciados por ativos de propriedade intelectual. Hidalgo e Hausmann (2009), no *Atlas of Economic Complexity*, mostram que essa sofisticação produtiva está associada a maior produtividade e renda per capita. Como a inovação é, por definição, a origem dessa sofisticação – é ela que gera os bens, processos e tecnologias mais avançados que elevam a complexidade de uma economia –, a mesma lógica liga complexidade produtiva a capacidade de inovar.

Esta seção testa essa relação a partir dos dados do IBID: como as UFs convertem insumos e renda em resultados de inovação, e como a sofisticação da estrutura produtiva de cada economia estadual explica as diferenças nessa conversão.

Eficiência em inovação: que UFs melhor convertem seus insumos e sua renda em resultados de inovação

Renda é condição necessária, mas não suficiente, para a inovação: a importância do canal de conversão

Sofisticação da estrutura produtiva explica por que UFs convertem insumos em resultados de inovação de forma distinta

---

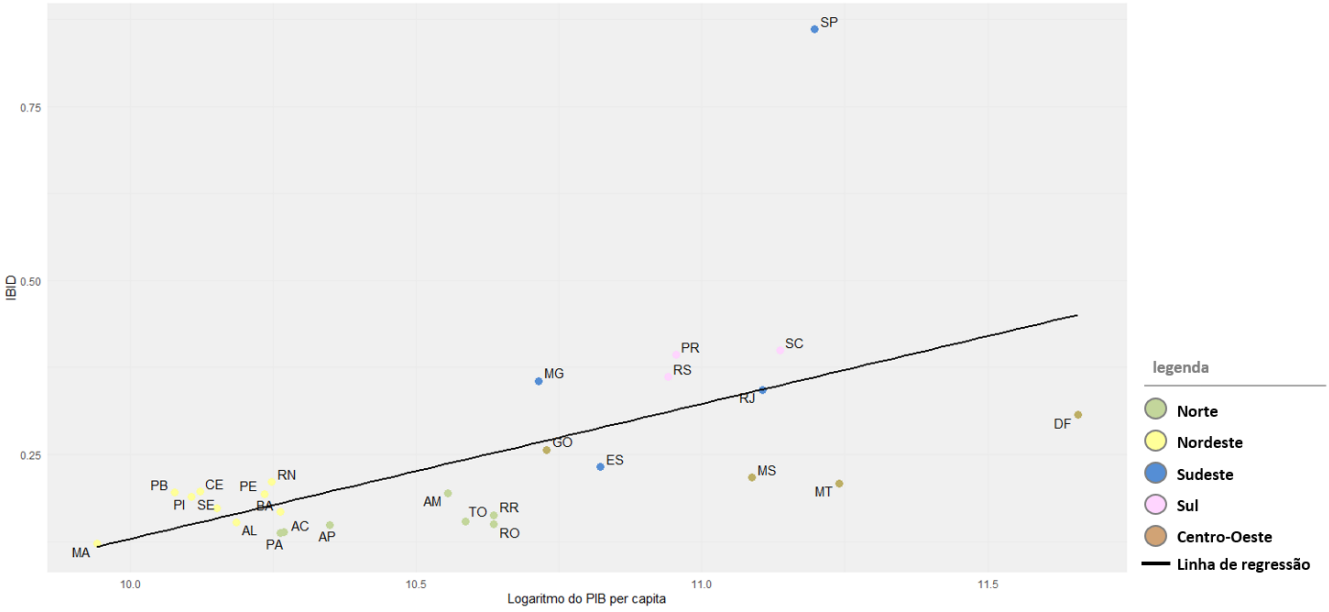
Evidência 5

Nordeste apresenta desempenho em inovação acima do esperado em relação ao seu nível de renda (Fig.13)

- Há uma correlação clara entre PIB per capita e desempenho de inovação: menor renda tende a limitar investimentos em infraestrutura, capital humano e P&D.
    - Contudo, mais que essa correlação em si, o que importa, estrategicamente, é o desvio em relação a ela – o GII e o IBID chamam esse padrão de *expoentes de inovação*: territórios cujo desempenho em inovação fica acima do esperado para sua renda.

- Treze das 27 UFs superam essa expectativa. Regionalmente, observa-se que:
    - Dentre os treze estados que são classificados como expoentes em inovação pelo IBID, ao apresentarem resultados acima do esperado em relação ao PIB per capita, sete pertencem ao Nordeste. Paraíba, Ceará e Piauí se destacam.
    - No Sul, todos os estados estão acima do esperado. No Sudeste, apenas o Espírito Santo fica abaixo e São Paulo se destaca como outlier de produtividade.
    - Todos os estados do Norte e Centro-Oeste apresentam desempenho inferior ao estimado pelo nível de renda. O Distrito Federal é o destaque: maior PIB per capita do Brasil, mas o maior desvio negativo de todo o painel comparativo. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul seguem lógica semelhante: estados de maior renda per capita e sem o mesmo desempenho em inovação. Os três são economias pouco diversificadas – o Distrito Federal concentrado em serviços, sobretudo públicos; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no agronegócio –, o que antecipa o argumento de complexidade econômica desenvolvido na Evidência 8.
- O padrão confirma que renda per capita é condição necessária, mas não suficiente, para a inovação: UFs de renda parecida produzem resultados de inovação muito diferentes.

Fig.13. IBID x PIB per capita: performance em inovação em relação ao nível de renda



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

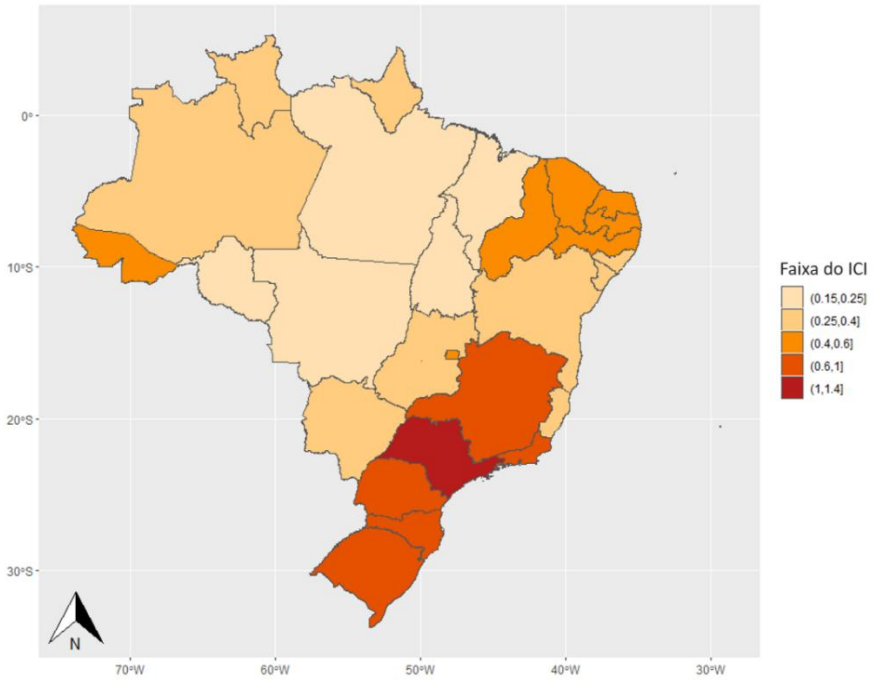
Evidência 6

A conversão de insumos em resultados de inovação varia amplamente entre as UFs; São Paulo é a única acima da paridade (Fig.14 e Fig.15)

- A Evidência 5 mostrou que UFs de renda parecida produzem resultados de inovação muito diferentes. A mesma pergunta cabe para o Contexto do IBID.
    - O índice geral é composto por dois grupos de subíndices: o IBID-Contexto, que mede os insumos disponíveis à inovação (crédito, infraestrutura, capital humano, ambiente institucional), e o IBID-Resultado, que mede seus efeitos concretos (patentes, marcas, produção científica, empresas inovadoras). A agregação de ambos pressupõe sua equivalência.
- Embora, matematicamente, Contexto e Resultado sejam tratados como equivalentes, na prática cumprem funções distintas. É necessária, portanto, uma ferramenta que separe, entre as 27 UFs, quem mais converte capacidades instaladas em resultados concretos de inovação. Esse é o papel do *Índice de Conversão em Inovação* (ICI).
    - O *Índice de Conversão em Inovação* (ICI) = IBID-Resultado / IBID-Contexto isola essa dimensão, em réplica direta do *Innovation Efficiency Ratio* (IER) do GII[1].
    - Um ICI acima de 1 indica que a UF produz mais Resultado do que seu próprio Contexto sugeriria; um ICI baixo indica um Contexto que não encontrou canal de conversão capaz de gerar resultado efetivo de inovação.

[1] O IER é uma razão entre subíndices e, como tal, é sensível a pequenas variações. A auditoria estatística conduzida pelo *Joint Research Centre* da Comissão Europeia para o GII recomenda lê-lo como sinalizador de casos fora da curva, não como medida de eficiência em sentido estrito (OMPI, 2018). A mesma ressalva se aplica ao ICI do IBID.

Fig.14. Índice de Conversão em Inovação (ICI): convertendo condições de contexto em resultados



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

- O ICI do IBID evidencia que:
    - São Paulo é o único hiperconversor do país: ICI = 1,259 em 2026 (1,257 em 2025) – seu Resultado supera o próprio Contexto em cerca de 26%, nos dois anos. A segunda colocada, Minas Gerais, converte 0,767 de Resultado para cada unidade de Contexto.
    - O ranking de conversão reorganiza o topo do IBID. Por exemplo, Minas Gerais (5ª no ranking geral do IBID; 2ª no ICI) e Acre (25ª no IBID geral; 7º no ICI) superam UFs mais bem posicionadas no índice geral – evidência de que estar no topo do IBID não é o mesmo que converter bem em inovação os insumos que se dispõe.
    - Acre e Amazonas registraram os maiores avanços de conversão do país entre 2025 e 2026: ambos ganharam nove posições neste ranking específico, para alcançar o 7º e o 14º lugar, respectivamente. O Espírito Santo teve o movimento inverso mais acentuado em termos de conversão da inovação: de 0,554 para 0,283, queda de nove posições no ranking do ICI (11ª para 20ª).

Fig.15. Índice de Conversão em Inovação (ICI): ranking específico do ICI e comparativo com o ranking geral do IBID

Rank ICI 26	UF	ICI26	ICI25	ΔPos ICI	Rank IBID 26
1	SP	1,259	1,257	= 0	1
2	MG	0,767	0,810	⇧ 3	5
3	SC	0,737	0,953	⇩ 1	2
4	PR	0,729	0,842	= 0	3
5	RS	0,670	0,805	⇧ 1	4
6	RJ	0,627	0,863	⇩ 3	6
7	AC	0,571	0,368	⇧ 9	25
8	DF	0,561	0,456	⇧ 6	7
9	PE	0,547	0,650	⇩ 2	16
10	PI	0,505	0,477	⇧ 3	17
11	CE	0,479	0,529	⇧ 1	13
12	PB	0,478	0,569	⇩ 4	14
13	RN	0,451	0,565	⇩ 4	11
14	AM	0,395	0,286	⇧ 9	15
15	SE	0,386	0,555	⇩ 5	18
16	AL	0,370	0,368	⇧ 1	22
17	AP	0,330	0,242	⇧ 7	24
18	BA	0,309	0,365	= 0	19
19	MS	0,297	0,436	⇩ 4	10
20	ES	0,283	0,554	⇩ 9	9
21	GO	0,278	0,337	⇩ 2	8
22	RR	0,258	0,216	⇧ 4	20
23	MT	0,245	0,325	⇩ 2	12
24	RO	0,225	0,304	⇩ 2	23
25	MA	0,206	0,328	⇩ 5	27
26	TO	0,196	0,185	⇧ 1	21
27	PA	0,169	0,220	⇩ 2	26

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

Evidência 7

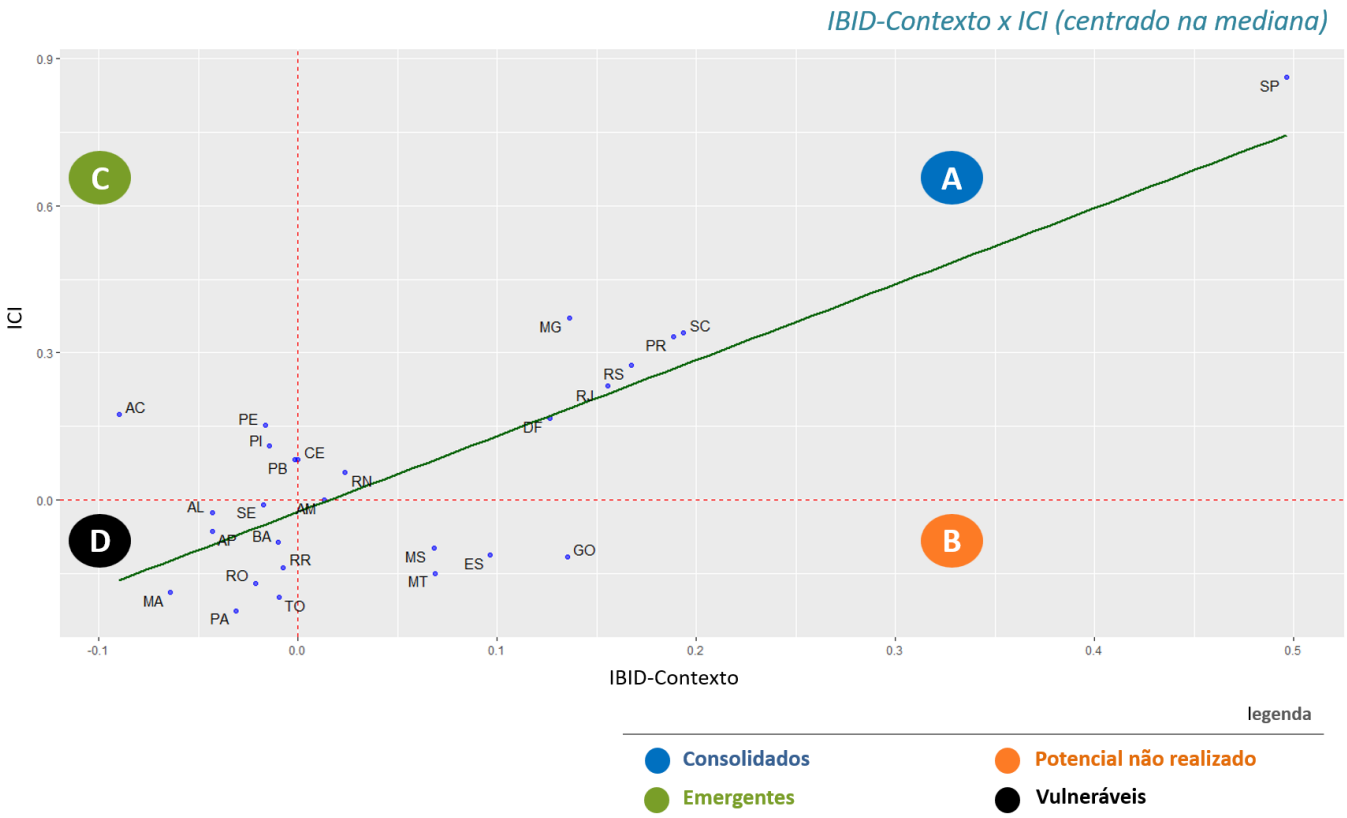
Contexto elevado não garante conversão eficiente em inovação, nem Contexto baixo a impede: as UFs líderes do IBID são as que reúnem os dois atributos ao mesmo tempo

(Fig.16)

- A Evidência 6 mediu, UF por UF, quem converte mais Resultado a partir do Contexto disponível. Mas o ICI, por ser uma razão, ignora a escala: Piauí e Distrito Federal têm ICI próximos (0,505 e 0,561) e ainda assim o Distrito Federal gera quase o dobro de Resultado – porque parte de um Contexto bem maior. A mesma eficiência relativa pode produzir volumes de inovação muito diferentes, dependendo do Contexto de cada UF.

- É necessário, portanto, comparar as duas dimensões lado a lado. É isso que este cruzamento faz: coloca IBID-Contexto e ICI em um mesmo plano, usando a mediana de cada eixo como linha de corte.

Fig.16. IBID-Contexto x Índice de Conversão em Inovação (ICI): quatro perfis de UF, 2026



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

- O resultado divide as 27 UFs em quatro grupos: quem tem insumo e sabe usá-lo, quem tem insumo e desperdiça, quem tem pouco insumo e ainda assim converte bem, e quem tem pouco e não converte.
    - **A. Consolidados** (*IBID-Contexto e ICI acima da mediana*): São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Ceará, Rio Grande do Norte, Amazonas.
    - **B. Potencial não realizado** (*IBID-Contexto acima da mediana, ICI abaixo*): Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso.
    - **C. Emergentes** (*IBID-Contexto abaixo da mediana, ICI acima*): Acre, Pernambuco, Piauí, Paraíba.
    - **D. Vulneráveis** (*IBID-Contexto e ICI abaixo da mediana*): Sergipe, Alagoas, Amapá, Bahia, Roraima, Rondônia, Maranhão, Tocantins, Pará.

- Alguns achados chamam atenção dentro de cada grupo:
    - O grupo *Consolidados* não se resume ao topo do ranking geral da inovação no Brasil. Rio Grande do Norte e Ceará entram nele por terem ICI acima da mediana nacional, mesmo sem estar entre as UFs mais bem posicionadas no IBID.
    - Em *Potencial não realizado*, o padrão se inverte. Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo e Mato Grosso têm Contexto robusto, mas não o convertem na mesma proporção. É o oposto do que se esperaria de quem tem mais insumo à disposição.
    - O grupo *Emergentes* talvez seja o mais útil para pensar política pública. Acre, Pernambuco, Piauí e Paraíba convertem acima da mediana com um Contexto abaixo dela – quatro UFs fazendo mais com menos.
    - O Mato Grosso tem quase o dobro do IBID-Contexto do Acre (0,335 contra 0,176) e converte menos da metade em resultado de inovação.
- O Contexto explica parte da posição de cada UF no IBID, mas não é um preditor confiável de conversão: Minas Gerais e Goiás têm exatamente o mesmo Contexto (0,402) e terminam em quadrantes opostos – Minas Gerais entre os *Consolidados* (ICI de 0,797), Goiás em *Potencial não realizado* (ICI de 0,278).
    - O que separa *Consolidados* de *Potencial não realizado*, ou *Vulneráveis* de *Emergentes*, não é quanto essas UFs têm. É como usam o que têm. A próxima evidência testa a explicação mais provável para essa diferença: a sofisticação da própria estrutura produtiva de cada UF.

Evidência 8

Complexidade econômica e sofisticação da estrutura produtiva explicam por que UFs parecidas em renda e Contexto convertem inovação de forma tão diferente (Fig.17)

Complexidade econômica e inovação

- As Evidências 5, 6 e 7 mediram a conversão de insumos em resultados de inovação sob três ângulos. Em todos eles, são encontrados o mesmo tipo de UF fora da curva: quem converte mais, ou menos, do que a variável observada sugeriria.
- A teoria da complexidade econômica oferece a hipótese mais direta para explicar esse padrão recorrente: o resultado econômico de um território depende menos do volume de insumos disponíveis e mais da diversificação de sua base produtiva – da quantidade de capacidades produtivas acumuladas e da facilidade com que elas se recombinam (HIDALGO; HAUSMANN, 2009; HAUSMANN et al., 2011). Gala (2017) aplica esse arcabouço à economia brasileira.

Como se mede a complexidade econômica

O ECI (*Economic Complexity Index*), desenvolvido por Hausmann e Hidalgo, parte de uma lógica simples: produtos diferentes exigem quantidades diferentes de conhecimento produtivo para serem fabricados. Um país que exporta com competitividade uma diversidade de produtos raros – presentes na cesta de poucos outros países – tende a deter uma base ampla de capacidades produtivas interligadas. Por outro lado, um país que exporta poucos produtos, todos comuns e fabricados por praticamente qualquer economia, revela uma base de capacidades mais estreita. O ECI combina essas duas dimensões – diversidade (quantos produtos diferentes um país exporta com competitividade) e ubiquidade (quão raros são esses produtos no comércio mundial) – em um único índice de sofisticação produtiva.

O índice ganhou corpo em 2011 com a publicação do *Atlas of Economic Complexity*, resultado de uma parceria entre o Media Lab, do MIT, e a Kennedy School, de Harvard (disponível em: https://atlas.hks.harvard.edu): um exercício de Big Data aplicado ao comércio internacional, cruzando milhares de produtos exportados por mais de cem países ao longo de cerca de cinco décadas de dados comerciais.

O Atlas é hoje uma das referências mais citadas da economia do desenvolvimento contemporânea, por oferecer uma explicação empírica, testável em qualquer país ou período, para uma pergunta antiga: por que algumas nações prosperam e outras não?

A premissa do índice inverte a ordem que a intuição sugere: não é a renda que gera capacidade produtiva, é a capacidade produtiva que gera renda. Um país acumula conhecimento aos poucos, produto por produto – e é essa acumulação, não o volume de renda disponível, que sustenta sua capacidade de inovar.

- A teoria da complexidade econômica desloca a definição que normalmente se faz sobre inovação.
    - Não é quanto uma UF investe em pesquisa, desenvolvimento e inovação; é quantas capacidades produtivas diferentes ela domina e sua facilidade para recombiná-las.
    - Sob essa ótica, inovação não é um evento isolado – é o resultado visível de uma rede de capacidades acumuladas se rearranjando de forma nova.
    - Um território com muitas competências produtivas interligadas tem mais combinações possíveis à disposição, e é dessas combinações que nascem os produtos, processos, tecnologias e ativos de propriedade intelectual que o IBID mede no grupo Resultado.

- A mesma lógica explica por que inovação não é privilégio automático de quem é rico ou dotado de um ambiente favorável: é produto de uma trajetória de aprendizado produtivo construída ao longo do tempo.
    - Um território pode investir consideravelmente em pesquisa e, ainda assim, manter um índice de complexidade mediano se lhe faltarem as engrenagens produtivas capazes de absorver e multiplicar o conhecimento gerado.
    - Uma estrutura industrial pouco sofisticada limita o potencial de inovação sistêmica mesmo quando o gasto em ciência sobe.

IBID x ICE-R: Resultados

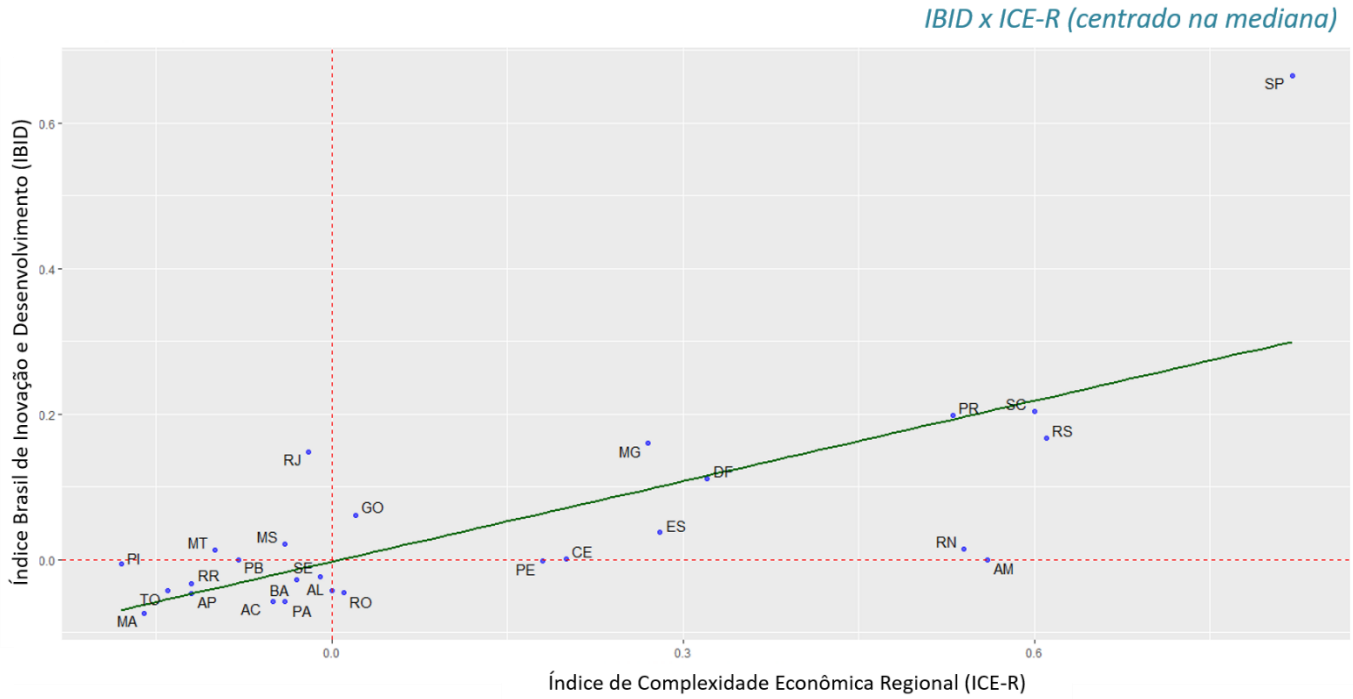
- Para investigar a relação entre inovação e sofisticação produtiva no Brasil a nível subnacional, o IBID foi cruzado com o Índice de Complexidade Econômica Regional (ICE-R), calculado pelo Cedeplar/UFMG e publicado no DataViva a partir da diversidade do emprego formal de cada UF.

> O que é o ICE-R
>
> O *Índice de Complexidade Econômica Regional* (ICE-R) é uma adaptação subnacional do ECI (*Economic Complexity Index*) de Hausmann e Hidalgo, criado originalmente para medir a sofisticação produtiva de países a partir de dados de exportação. Calculado pelo Cedeplar/UFMG e publicado no DataViva (FREITAS; PAIVA, 2015), o ICE-R aplica a mesma lógica aos estados brasileiros, usando a diversidade e a sofisticação do emprego formal (RAIS) como base de cálculo, já que UFs não exportam de forma independente entre si.
>
> Quanto mais setores distintos e sofisticados uma UF emprega, e quanto mais essas atividades exigem capacidades raras – presentes em poucos outros lugares –, maior seu ICE-R. O índice não mede o tamanho da economia, mas sua diversidade produtiva: um estado pequeno com uma base de conhecimento variada pode ter complexidade mais alta do que um estado grande especializado em poucas atividades.

- O resultado confirma a hipótese na direção esperada. UFs mais complexas economicamente tendem a converter mais renda e Contexto em Resultado de inovação.
    - Há correlação positiva entre o IBID e o ICE-R ($r = 0,72$): a complexidade produtiva responde, isoladamente, por mais da metade da variação do desempenho de inovação entre as 27 UFs ($R^2 = 0,52$). Trata-se de associação estatística entre duas medidas construídas a partir de bases distintas, e não de relação causal estabelecida.
    - Das sete economias líderes em inovação do IBID, cinco também estão entre as sete mais complexas do país segundo o ICE-R: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal aparecem nos dois topos.

- Na base da distribuição, o padrão se repete, embora de forma mais fraca: Amapá e Maranhão figuram entre as cinco piores colocações tanto no IBID quanto no ICE-R.

Fig.17. IBID x Índice de Complexidade Econômica Regional: performance em inovação em relação à sofisticação produtiva



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

- Alguns resultados que ganham destaque a partir da análise do cruzamento dos dados de inovação (IBID) e complexidade econômica (ICE-R) nos estados brasileiros:

  - São Paulo repete o mesmo padrão das três evidências anteriores. Gera uma das maiores rendas per capita do país (Evidência 5), tem o maior IBID-Contexto, é o único hiperconversor no ICI (Evidência 6) e lidera em sofisticação produtiva (Evidência 8), o que permite à economia paulista se destacar mesmo no grupo de estados inovadores *Consolidados* (Evidência 7). As quatro análises apontam na mesma direção e explicam o protagonismo quase absoluto da economia paulista no cenário nacional da inovação.

  - O Rio de Janeiro tem complexidade econômica próxima da mediana nacional (16ª posição), mas converte mais inovação do que essa complexidade, isoladamente, sugeriria – o segundo maior desvio positivo do painel, atrás apenas de São Paulo.

- Minas Gerais tem apenas a 9ª maior complexidade econômica do país – patamar bem abaixo do pelotão de líderes –, mas registra o terceiro maior desvio positivo do painel, atrás de São Paulo e Rio de Janeiro. É a mesma lógica de conversão eficiente já vista na Evidência 6, onde Minas Gerais aparecia como a segunda colocada no ICI: a economia mineira consistentemente entrega mais do que seus insumos, sejam eles medidos por renda, Contexto ou por complexidade produtiva, sugeririam.

- O Amazonas tem a 4ª maior complexidade econômica do país, mas fica de fora do grupo líder do IBID, na 15ª posição – o maior descolamento negativo entre as duas variáveis em todo o painel. A economia amazonense repete, na complexidade, o mesmo padrão que a Evidência 5 já mostrava na renda: um estado rico para seus padrões regionais, mas com resultado de inovação aquém do que essa renda sugeria. O ICI de 0,395 mostra, na Evidência 6, que o estado converte menos de 40% do seu Contexto em Resultado.

- Santa Catarina e Paraná, ao contrário dos casos acima, não são exceções – são a confirmação da regra. Ambos estão entre as UFs mais complexas do país (6ª e 3ª posições, respectivamente) e seus resultados no IBID ficam muito próximos do que essa complexidade prediz, sem desvio relevante em nenhuma direção.

1.3 Implicações estratégicas para os estados brasileiros

Treze anos de liderança sólida, ininterrupta e inconteste no cenário nacional da inovação não decorrem de um atributo isolado de São Paulo.

A economia paulista é a única UF em que o macroambiente para inovar (IBID-Contexto), a capacidade de convertê-lo em resultados concretos (ICI) e a sofisticação do tecido produtivo (ICE-R) estão, simultaneamente, entre os mais altos do país. O mais elevado IBID-Contexto do país, o único ICI acima de 1 (1,259) e a maior complexidade econômica: é esta convergência que explica a pontuação de São Paulo no IBID (0,861) ser três vezes maior que média nacional e manter distância confortável para o segundo colocado. Nenhuma das demais 26 UFs reúne as três condições ao mesmo tempo, e é essa ausência, não a falta de qualquer uma isoladamente, que explica uma distância dessa magnitude.

Mais do que apresentar o cenário da inovação no Brasil sob a perspectiva das profundas assimetrias regionais que caracterizam o país, este relatório revela casos em que a cadeia entre insumo e resultado se rompe. Alguns casos exemplificativos que derivam da análise:

- No Amazonas, a ruptura está entre Contexto e conversão: a 4ª maior complexidade econômica do país gera um ICI de apenas 0,395, ou seja, menos de 40% do IBID-Contexto convertido em IBID-Resultado;

- Nos estados do Centro-Oeste, o mesmo tipo de desconexão do Amazonas: Contexto elevado, sem a mesma proporção de conversão em Resultado – o Distrito Federal é um caso à parte em que o canal de conversão funciona, mas uma renda per capita atípica não se traduz em Contexto ou Resultado de inovação proporcionais a ela;

- No Rio de Janeiro, a queda é tripla: o ICI, embora ainda entre os mais altos do país, sofreu a segunda maior perda do ranking de conversão entre 2025 e 2026; o Contexto que o alimenta também vem diminuindo, o que já produziu a maior queda de pontuação geral do país neste período; e a complexidade produtiva atual do estado é apenas mediana (16ª colocação);

- Já no Nordeste – em particular Paraíba, Ceará, Piauí e Pernambuco –, não há ruptura: há, de fato, resultado de inovação superior ao que renda e Contexto, isoladamente, previam;

- Por fim, no Sul, Santa Catarina e Paraná não apresentam gargalo de conversão – pelo contrário: Contexto, conversão e complexidade produtiva caminham juntos nos dois estados, no mesmo padrão de São Paulo, só que em escala menor.

Cada caso pede uma resposta diferente:

- Em alguns, o instrumento é aproximar universidades e centros de pesquisa do parque industrial já instalado, para que a estrutura produtiva existente gere conhecimento e inovação (marcas, patentes, empresas inovadoras, publicações científicas), não apenas emprego formal;

- Em outros, o instrumento é deter e reverter a perda de Contexto – crédito, infraestrutura, ambiente institucional – antes que ela comprometa também a capacidade de conversão que hoje ainda funciona;

- Já em algumas situações específicas, o valor está em entender o que sustenta essa conversão eficiente com poucos recursos, porque esse aprendizado pode orientar política em outras UFs de Contexto igualmente baixo.

O IBID 2026 do INPI permite essa leitura diferenciada, UF por UF – e é nela, não em um diagnóstico único, que a política pública encontra onde atuar.

2. Visão por tema

O IBID, em sua terceira edição, consolida-se como instrumento estratégico para orientar políticas públicas e decisões empresariais voltadas à inovação. Composto por 81 indicadores distribuídos em sete pilares e 21 dimensões, o índice permite comparações entre as 27 UFs e as cinco macrorregiões, promovendo uma avaliação abrangente e contínua dos fatores que influenciam os ecossistemas de inovação.

Ao confrontar dados regionais e estaduais, o IBID evidencia assimetrias e vocações locais em um cenário nacional heterogêneo. Investigar esses números de forma desagregada é essencial para aprofundar o entendimento sobre a realidade e os gargalos de cada ecossistema de inovação.

As diferenças na inovação entre os estados brasileiros ficam evidentes nos resultados dos sete pilares do IBID. O pilar Instituições é o mais equilibrado, registrando a menor variação entre as unidades da federação (amplitude de 0,298). Em contrapartida, o pilar Capital humano revela forte discrepância entre as unidades federativas: a diferença de 0,717 entre São Paulo (0,817) e Alagoas (0,100) aponta grande disparidade na formação e qualificação da força de trabalho no país.

Os pilares 'Infraestrutura' (amplitude de 0,600), 'Economia' (0,758) e 'Negócios' (0,741) também evidenciam variações significativas entre as UFs. Já os pilares 'Conhecimento e tecnologia' e 'Economia criativa' apresentam as maiores amplitudes do índice: 0,909 e 0,965, respectivamente. Em ambos os casos, a vantagem de São Paulo sobre o segundo colocado passa de 0,5 ponto, revelando um cenário de forte concentração regional e desequilíbrio em áreas decisivas para a inovação.

Nesse contexto, a análise temática do IBID 2026 explora os seus sete pilares – **Instituições**, **Capital humano**, **Infraestrutura**, **Economia**, **Negócios**, **Conhecimento e tecnologia** e **Economia criativa** – e respectivas dimensões. Tal exame permite identificar de forma mais precisa as vantagens e vulnerabilidades dos estados, direcionando estratégias públicas e privadas que promovam um ambiente de inovação mais equilibrado, eficiente e capilarizado em todo o território nacional.

2.1 Instituições

O desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação e ao empreendedorismo depende fundamentalmente da previsibilidade operacional proporcionada por instituições confiáveis. O subíndice do IBID referente ao pilar de inovação 'Instituições' divide-se em 3 dimensões – 'Ambiente institucional', 'Ambiente regulatório' e 'Ambiente de negócios' – e é composto por 12 indicadores (Fig.18).

Fig.18. IBID: estrutura do pilar de inovação 'Instituições'

Pilar	Dimensão	Indicadores
Instituições	Ambiente institucional	Tempo de deslocamento para o trabalho (IBGE)
		Taxa de homicídios por 100 mil habitantes (DataSUS)
		Qualidade da gestão fiscal dos Municípios (Firjan)
		Qualidade das informações contábeis e fiscais dos Estados (Tesouro Nacional)
	Ambiente regulatório	Eficiência do Judiciário (CNJ)
		Taxa de informalidade (IBGE)
		Índice de transparência (Transparência Internacional)
		Inadimplência (Serasa)
	Ambiente de negócios	Quantidade de empresas de alto crescimento (IBGE)
		Taxa de sobrevivência das empresas (Sebrae)
		Empreendedorismo (IBGE)
		Taxa de desocupação (IBGE)

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso e Amazonas registram a melhor pontuação em 'Instituições' (Fig.19)

- No pilar 'Instituições', o líder Goiás é o estado melhor posicionado em 'Ambiente regulatório', tem bom desempenho em 'Ambiente institucional', porém com desempenho modesto em 'Ambiente de negócios'. São Paulo (2º) é um dos poucos estados a ranquear muito bem em duas das três dimensões que compõem o pilar 'Instituições', e Santa Catarina (3º) lidera em 'Ambiente institucional'.

- Além da liderança de Goiás, é interessante notar a presença de Mato Grosso (4º) e 3 estados da região Norte – Amazonas (5º), Roraima (6º) e Rondônia (7º) nas sete primeiras posições, superando estados mais bem colocados no ranking geral do IBID. Destaque para Roraima, que ranqueou muito bem em duas das três dimensões, e para o Mato Grosso, segundo colocado em ambiente regulatório.

- Entre todos os pilares do IBID, 'Instituições' é o que apresenta a menor diferença entre o primeiro e o último colocado, o que sinaliza a praticamente todas as unidades da federação a possibilidade de melhorar suas posições no pilar 'Instituições' a partir de avanços relativamente menores nas dimensões que o compõem.

Fig.19. IBID 2026: ranking do pilar 'Instituições' e por dimensão associada

	UF	IBID - Instituições	Ambiente institucional	Ambiente regulatório	Ambiente de negócios
1	GO	0,638	8	1	15
2	SP	0,628	4	15	1
3	SC	0,624	1	6	9
4	MT	0,587	11	2	12
5	AM	0,580	15	8	2
6	RR	0,560	16	3	5
7	RO	0,544	9	5	18
8	PR	0,518	5	12	13
9	ES	0,518	3	13	16
10	MS	0,498	14	17	8
11	RS	0,496	7	14	17
12	MG	0,495	2	22	10
13	RN	0,486	13	10	21
14	TO	0,453	6	26	14
15	DF	0,445	10	7	27
16	PA	0,445	17	24	4
17	RJ	0,439	22	25	3
18	AL	0,436	24	4	23
19	PI	0,426	12	23	20
20	BA	0,397	23	27	7
21	CE	0,396	21	20	19
22	AP	0,388	27	9	6
23	SE	0,383	18	16	25
24	AC	0,380	20	18	22
25	PB	0,378	19	11	26
26	MA	0,378	26	19	11
27	PE	0,340	25	21	24

legenda
Norte
Nordeste
Sudeste
Sul
Centro-Oeste
Média BR
N Top 5
N Últ. 5

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação.

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

2.2 Capital humano

A capacidade de inovação de uma economia é enormemente condicionada pelo acesso à educação de qualidade e pela intensidade de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Para medir esse potencial, o subíndice do IBID que avalia o 'Capital Humano' dos estados é composto por 12 indicadores agrupados em 3 dimensões - 'Educação básica', 'Ensino superior' e 'P&D' (Fig.20).

Fig.20. IBID: estrutura do pilar de inovação 'Capital humano'

Pilar	Dimensão	Indicadores
Capital humano	Educação básica	Ideb nos anos finais do ensino fundamental (Inep)
		Ideb do ensino médio (Inep)
		Matriculados na educação profissional técnica do ensino médio (Inep)
		Escolaridade média da população adulta (IBGE)
		Taxa de frequência escolar líquida do ensino médio (IBGE)
		Relação estudante-professor no ensino fundamental (Inep)
	Ensino superior	População adulta com pelo menos o ensino superior completo (IBGE)
		Matriculados e concluintes do ensino superior em áreas tecnológicas (STEM) (Inep)
	P&D	Investimentos públicos em P&D (MCTI)
		Oferta de programas de pós-graduação de excelência (CAPES)
		Bolsas de pesquisa e fomento à pesquisa (CNPq/CAPES/CONFAP)
		Cursos de pós-graduação com temáticas afeitas à inovação industrial e agrícola (CAPES)

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

São Paulo, Distrito Federal, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais são destaques em 'Capital humano' (Fig.21)

- No pilar 'Capital humano', os sete estados líderes no ranking geral do IBID alcançam pontuação acima da média nacional, refletindo maior capacidade de formação de talentos e qualificação profissional. Todavia, mesmo entre esses líderes, há vulnerabilidades a serem mitigadas: Minas Gerais (5º) ocupa apenas a 10ª posição em 'Educação básica', enquanto o Distrito Federal (2º) aparece em 18º lugar na dimensão 'P&D'.

- Mesmo entre os estados abaixo da média nacional nesse pilar, há destaques que merecem menção. Espírito Santo (8º) e Goiás (9º), por exemplo, alcançam a 4ª e a 5ª posição, respectivamente, em 'Educação básica'. A Paraíba (17º) ocupa a 4ª colocação em 'P&D'.

- O pilar 'Capital humano' é o único em que os 16 estados que compõem as regiões Norte e Nordeste ocupam as 16 últimas posições, situação que evidencia desafios regionais a serem superados.

Fig.21. IBID 2026: ranking do pilar 'Capital humano' e por dimensão associada

	UF	IBID – Capital humano	Educação básica	Ensino superior	P&D
1	SP	0,817	2	1	1
2	DF	0,476	1	2	18
3	PR	0,462	3	5	3
4	RJ	0,459	7	3	2
5	MG	0,365	10	4	5
6	SC	0,353	6	6	7
7	RS	0,328	8	7	8
8	ES	0,304	4	12	12
9	GO	0,293	5	10	19
10	MS	0,268	11	8	16
11	MT	0,254	9	11	22
12	RR	0,236	13	13	14
13	AM	0,236	15	15	10
14	CE	0,217	16	23	9
15	TO	0,212	12	14	24
16	AP	0,204	17	9	25
17	PB	0,199	27	18	4
18	PI	0,185	14	21	20
19	PE	0,184	18	20	13
20	BA	0,161	25	25	6
21	RN	0,158	26	16	11
22	PA	0,149	21	24	15
23	AC	0,128	20	17	27
24	RO	0,126	19	19	26
25	MA	0,115	22	27	17
26	SE	0,111	23	22	21
27	AL	0,100	24	26	23

legenda
Norte
Nordeste
Sudeste
Sul
Centro-Oeste
Média BR
N Top 5
N Últ. 5

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação.

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

2.3 Infraestrutura

Solidez nas condições de transporte, energia e comunicação reduz custos operacionais e facilita o intercâmbio de bens, serviços e ideias, servindo como importante suporte para a eficiência e sustentação de um sistema de inovação. O subíndice do IBID referente ao pilar de inovação 'Infraestrutura' divide-se em 3 dimensões – 'Tecnologias da informação e comunicação (TICs)', 'Infraestrutura geral' e 'Sustentabilidade' – e é composto por 14 indicadores (Fig.22).

Fig.22. IBID: estrutura do pilar de inovação 'Infraestrutura'

Pilar	Dimensão	Indicadores
Infraestrutura	Tecnologias da informação e comunicação (TICs)	Percentual da população com acesso à internet (IBGE)
		Percentual da população com acesso a telefone móvel celular para uso pessoal (IBGE)
		Percentual da população com conexão à internet banda larga no domicílio (IBGE)
		Velocidade da internet banda larga (Portal Minha Conexão)
		Domicílios com microcomputador ou tablet (MCTI/CGEE)
	Infraestrutura geral	Acessibilidade ao mercado aéreo (ANAC)
		Percentual da população com acesso à energia elétrica (IBGE)
		Consumo per capita de energia elétrica (EPE)
		Qualidade das rodovias (CNT)
		Duração média de interrupção do fornecimento de energia elétrica (ANEEL)
		Cobertura média de dados móveis nas rodovias (MCTI/CGEE)
	Sustentabilidade	Emissão de CO2 per capita (SEEG)
		Empresas nacionais certificadas em gestão ambiental (ISO 14001) (INMETRO)
		Capacidade geracional de energia solar e eólica (EPE)

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Paraná registram o melhor desempenho em 'Infraestrutura' (Fig.23)

- No pilar 'Infraestrutura', 10 unidades federativas estão acima da média nacional. À exceção do Mato Grosso (14º), as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste registram desempenho superior de forma consistente, com todos os seus estados posicionados acima da média. Em contraste, as regiões Norte e Nordeste apresentam resultados abaixo da média, evidenciando desequilíbrios estruturais persistentes na distribuição da infraestrutura de apoio à inovação.

- Entre os sete estados líderes do ranking geral do IBID, destacam-se fragilidades regionais na dimensão 'Sustentabilidade'. Paraná (5º) ocupa apenas a 16ª posição nessa dimensão, e o Rio Grande do Sul (6º), a 17ª – resultado que sinaliza espaço para evolução na maneira como exploram e gerenciam seus recursos energéticos.

- Mesmo com desempenho inferior à média geral do pilar 'Infraestrutura', o Nordeste apresenta destaques importantes na dimensão 'Sustentabilidade'. Entre os 8 primeiros colocados dessa dimensão, 6 são estados nordestinos: Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba ocupam, respectivamente, a segunda, terceira, quarta, sexta, sétima e oitava posições, sinalizando maturidade relativa da região no uso sustentável de suas fontes de energia.

Fig.23. IBID 2026: ranking do pilar 'Infraestrutura' e por dimensão associada

	UF	IBID – Infraestrutura	TICs	Infraestrutura geral	Sustentabilidade
1	SP	0,771	6	2	1
2	SC	0,651	5	1	10
3	DF	0,637	1	10	9
4	RJ	0,597	2	8	5
5	PR	0,590	9	3	16
6	RS	0,579	4	6	17
7	MG	0,574	10	4	13
8	ES	0,554	11	5	14
9	GO	0,552	3	7	18
10	MS	0,483	7	11	21
11	RN	0,440	17	21	2
12	BA	0,433	20	14	3
13	SE	0,410	16	13	15
14	MT	0,405	8	9	27
15	AP	0,391	14	24	12
16	PE	0,382	18	18	6
17	PI	0,341	23	22	7
18	PA	0,339	19	12	22
19	RO	0,330	12	23	23
20	PB	0,330	24	19	8
21	AL	0,325	25	16	11
22	CE	0,323	26	20	4
23	TO	0,304	15	17	24
24	AM	0,268	22	25	19
25	MA	0,260	27	15	20
26	RR	0,249	13	26	26
27	AC	0,171	21	27	25



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

2.4 Economia

Acesso ao crédito, realização de investimentos e escala de mercado são fatores que potencializam a dinamicidade das empresas e o surgimento da inovação. O subíndice do IBID referente ao pilar de inovação 'Economia' desdobra-se em 3 dimensões organizadas em torno das condições de mercado e do nível total de transações – 'Crédito', 'Investimento' e 'Indústria, Comércio e Serviços' – sendo composto por 10 indicadores (Fig.24).

Fig.24. IBID: estrutura do pilar de inovação 'Economia'

Pilar	Dimensão	Indicadores
Economia	Crédito	Volume de crédito em proporção do PIB (Banco Central)
		Financiamento de investimentos em inovação pelo BNDES (BNDES)
	Investimento	Despesas públicas empenhadas em C&T em termos per capita (Tesouro Nacional)
		Taxa de investimento (FBCF/PIB) (IBGE)
		Desembolsos diretos do BNDES em termos per capita (BNDES)
	Indústria, comércio e serviços	Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE)
		Índice de simplicidade tributária (Tesouro Nacional)
		Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto por atividade econômica (IBGE)
		Valor adicionado bruto das indústrias de transformação (IBGE)

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

São Paulo, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná registram a melhor pontuação em 'Economia' (Fig.25)

- No pilar Economia, o estado de São Paulo lidera, sendo o primeiro colocado nas três dimensões. Goiás (2º) e Santa Catarina (3º) fecham o pódio, ambos impulsionados por seus ótimos desempenhos em 'Crédito' e 'Investimento'. Rio Grande do Sul (4º) e Paraná (5º) também se destacam por suas performances em duas das três dimensões do pilar.

- Além da excelente colocação de Goiás (2º), a região Centro-Oeste conta com outros dois estados entre os que pontuaram acima da média: Mato Grosso (6º) e Mato Grosso do Sul (8º), que alcançaram essas posições principalmente por se destacarem na dimensão 'Crédito'. O Ceará (7º) também se situa acima da média no pilar 'Economia', graças ao seu desempenho na dimensão 'Investimento'.

- Entre os estados com pontuação abaixo da média nacional, a Bahia (15º) ocupa boa posição em 'Indústria, comércio e serviços', mostrando que há margem para se aproximar desse patamar caso consiga traduzir o tamanho de sua economia em maior vitalidade nas demais dimensões. Espírito Santo (11º), Sergipe (12º), Tocantins (13º) e Piauí (14º) estão muito próximos à média, mesmo com fragilidades a serem superadas, sinalizando a possibilidade de ultrapassá-la a partir de pequenos aperfeiçoamentos nas dimensões deste pilar do IBID.

Fig.25. IBID 2026: ranking do pilar 'Economia' e por dimensão associada

	UF	IBID – Economia	Crédito	Investimento	Indústria, comércio e serviços
1	SP	0,814	1	1	1
2	GO	0,405	2	2	8
3	SC	0,401	4	5	6
4	RS	0,390	3	11	5
5	PR	0,368	7	4	4
6	MT	0,334	5	7	11
7	CE	0,311	9	3	12
8	MS	0,290	6	19	14
9	MG	0,290	18	14	3
10	RJ	0,285	25	6	2
11	ES	0,255	8	18	15
12	SE	0,239	14	8	21
13	TO	0,236	12	10	24
14	PI	0,227	13	15	26
15	BA	0,222	22	12	7
16	PB	0,219	10	21	22
17	MA	0,216	11	22	20
18	RN	0,212	17	13	18
19	PE	0,189	16	24	9
20	PA	0,183	23	17	13
21	RO	0,183	15	23	27
22	AM	0,182	24	16	16
23	RR	0,178	26	9	25
24	AL	0,170	20	20	23
25	AC	0,117	19	25	19
26	AP	0,081	21	27	17
27	DF	0,056	27	26	10

legenda
Norte
Nordeste
Sudeste
Sul
Centro-Oeste
Média BR
N Top 5
N Últ. 5

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação.

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

2.5 Negócios

O último pilar de contexto analisa o nível de sofisticação dos negócios ao medir a capacidade das economias estaduais em absorver profissionais e técnicos altamente qualificados, além de incorporar tecnologia. O subíndice do IBID referente ao pilar de inovação 'Negócios' divide-se em 3 dimensões – 'Força de trabalho qualificada', 'Apoio à inovação' e 'Absorção de conhecimento' –, sendo estruturado em 8 indicadores (Fig.26).

Fig.26. IBID: estrutura do pilar de inovação 'Negócios'

Pilar	Dimensão	Indicadores
Negócios	Força de trabalho qualificada	Força de trabalho ocupada com ensino superior completo (IBGE)
		Número de doutores empregados (CGEE)
		Mestres e doutores titulados com temáticas afeitas à inovação industrial e agrícola (CGEE)
		Presença das mulheres no total de inventores de patentes (INPI)
	Apoio à inovação	Quantidade de parques tecnológicos (MCTI)
		Valor adicionado bruto das atividades cientificas e técnicas (IBGE)
	Absorção de conhecimento	Importações de alta e média-alta intensidade tecnológica (MDIC)
		Contratos de Transferência de Tecnologia averbados em termos per capita (cessionário) (INPI)

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Paraná e Rio de Janeiro são destaques em 'Negócios' (Fig.27)

- Os estados que ocupam as sete primeiras posições no ranking geral do IBID também se destacam no pilar 'Negócios', refletindo a qualidade de sua força laboral, seus estímulos à inovação e a maneira como incorporam conhecimento às suas economias. São Paulo lidera, ao registrar as maiores pontuações em 'Apoio à inovação' e 'Absorção de conhecimento'. Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina ocupam respectivamente da segunda à sétima posição, todos com notável presença em pelo menos duas das dimensões que compõem o pilar, exceto o Distrito Federal (3º), que se destaca apenas em 'Força de trabalho qualificada'.

- Mesmo entre os líderes, há desafios a serem superados: o Rio Grande do Sul (2º) e o Distrito Federal (3º) registram desempenho mais modesto em 'Absorção de conhecimento' – uma limitação relevante para economias que buscam maior refinamento tecnológico. Minas Gerais (6º) e Santa Catarina (7º) ocupam, respectivamente, a nona e a oitava posição em 'Força de trabalho qualificada', abaixo dos demais pares, apontando para avanços na atração e retenção de talentos como um possível caminho para maior competitividade no pilar 'Negócios'.

- No bloco dos estados situados abaixo da média nacional, notam-se os ótimos desempenhos da Paraíba (8º) em 'Força de trabalho qualificada' e do Amazonas (13º) em 'Absorção do conhecimento'.

- Na metade inferior da classificação, os estados têm pontuação muito próxima, o que lhes permite aspirar a colocações mais elevadas no pilar 'Negócios' a partir de pequena melhora em suas dimensões. Acre (18º), Roraima (22º), Amapá (25º) e Rondônia (27º) estão entre os últimos cinco classificados em pelo menos duas dimensões, sinalizando fragilidades importantes a serem corrigidas e boa margem para avançar posições.

Fig.27. IBID 2026: ranking do pilar 'Negócios' e por dimensão associada

	UF	IBID – Negócios	Força de trabalho qualificada	Apoio à inovação	Absorção de conhecimento
1	SP	0,783	6	1	1
2	RS	0,376	5	2	8
3	DF	0,352	1	7	11
4	PR	0,336	4	3	5
5	RJ	0,329	2	6	2
6	MG	0,289	9	4	6
7	SC	0,270	8	5	4
8	PB	0,197	3	16	21
9	ES	0,184	10	13	7
10	PE	0,155	12	8	12
11	RN	0,153	7	9	23
12	MS	0,133	11	15	16
13	AM	0,130	22	21	3
14	GO	0,120	18	11	9
15	SE	0,102	13	19	24
16	MT	0,097	15	20	10
17	AL	0,085	19	18	19
18	AC	0,085	14	25	26
19	CE	0,085	21	12	18
20	PI	0,081	16	22	22
21	TO	0,078	17	23	20
22	RR	0,071	20	26	25
23	BA	0,068	26	10	13
24	PA	0,060	24	14	14
25	AP	0,053	23	27	27
26	MA	0,043	27	17	15
27	RO	0,042	25	24	17



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

Os cinco pilares apresentados até aqui compõem o IBID-Contexto: medem as condições que uma economia oferece à inovação – instituições, capital humano, infraestrutura, economia e negócios. Os dois pilares seguintes formam o IBID-Resultado e mudam a natureza da medição: em vez das condições disponíveis, registram o que efetivamente se produziu a partir delas – conhecimento, tecnologia e ativos de propriedade intelectual. É a comparação entre os dois blocos que permite distinguir as UFs que dispõem de capacidades daquelas que conseguem convertê-las em inovação.

2.6 Conhecimento e tecnologia

O pilar 'Conhecimento e Tecnologia' reúne os elementos diretamente ligados a invenções e inovações. Com foco na geração de conhecimento e difusão tecnológica, engloba indicadores que tratam da produção científica, empresas inovadoras, patentes, exportações de maior valor agregado e transferência de tecnologia. O subíndice do IBID referente ao pilar de inovação 'Conhecimento e tecnologia' é composto por 3 dimensões – 'Criação de conhecimento', 'Impacto do conhecimento' e 'Difusão do conhecimento' –, reunindo o maior número de indicadores: 14 no total (Fig.28).

Fig.28. IBID: estrutura do pilar de inovação 'Conhecimento e tecnologia'

Pilar	Dimensão	Indicadores
Conhecimento e tecnologia	Criação de conhecimento	Produção científica bibliográfica em áreas tecnológicas
		Impacto científico das publicações
		Depósitos de Patentes de Invenção (PI) em termos per capita
		Depósitos de Modelos de Utilidade (MU) em termos per capita
		Patentes vigentes em termos per capita
	Impacto do conhecimento	Quantidade de startups
		Quantidade de empresas inovadoras
		Depósitos de Patentes em agroindústria em termos per capita
		Depósitos de Patentes em saúde em termos per capita
		Depósitos de Patentes em biotecnologia em termos per capita
		Empresas nacionais certificadas em gestão da qualidade (ISO 9001)
	Difusão do conhecimento	Exportações de alta e média-alta intensidade tecnológica
		Grau de diversificação das exportações de alta e média-alta intensidade tecnológica
		Contratos de Transferência de Tecnologia averbados em termos per capita (cedente)

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais registram a melhor pontuação em 'Conhecimento e tecnologia' (Fig.29)

- Entre todos os pilares do IBID, 'Conhecimento e tecnologia' traz a segunda maior diferença entre o primeiro e o último colocado, e a menor quantidade de estados (seis) com pontuação acima da média, refletindo a concentração existente na geração e aplicação de conhecimento no país. Mesmo entre os estados acima da média nacional, as distâncias são significativas: Santa Catarina (2º) registra uma defasagem de 0,513 em relação a São Paulo (1º).
- Distrito Federal (7º), Pernambuco (8º), Rio Grande do Norte (9º), Ceará (10º), Paraíba (11º) e Piauí (12º) têm pontuações muito próximas. Para estes estados, pequenos avanços podem significar a tomada da liderança regional no pilar 'Conhecimento e tecnologia' ou sua consolidação.
- Fora do grupo de elite, destacam-se duas situações interessantes. O Piauí (12º) alcançou a 5ª posição na dimensão 'Impacto do conhecimento', mostrando que estados com menor estrutura econômica também podem apresentar dinamismo em CT&I. O Acre (13º), por sua vez, mesmo registrando a pior performance em 'Criação de conhecimento', ocupa uma classificação intermediária no pilar 'Conhecimento e Tecnologia'. Isso ocorre devido ao seu desempenho nas demais dimensões, que é comparável ao de estados melhor ranqueados.

Fig.29. IBID 2026: ranking do pilar 'Conhecimento e tecnologia' e por dimensão associada

	UF	IBID – Conhecimento e tecnologia	Criação de conhecimento	Impacto do conhecimento	Difusão do conhecimento
1	SP	0,933	1	1	1
2	SC	0,420	5	2	3
3	PR	0,411	4	7	2
4	RS	0,370	2	3	4
5	MG	0,296	3	4	6
6	RJ	0,240	6	14	5
7	DF	0,166	7	11	13
8	PE	0,163	10	6	21
9	RN	0,153	9	8	20
10	CE	0,145	15	10	8
11	PB	0,145	8	13	15
12	PI	0,144	20	5	19
13	AC	0,126	27	9	11
14	MS	0,119	14	12	17
15	SE	0,113	13	17	16
16	AM	0,108	21	18	12
17	AL	0,106	18	22	9
18	ES	0,106	11	21	18
19	GO	0,104	12	27	7
20	RR	0,083	25	25	10
21	RO	0,079	24	23	14
22	MT	0,075	22	16	22
23	AP	0,072	23	15	23
24	BA	0,068	17	20	24
25	MA	0,062	19	19	25
26	PA	0,026	16	24	27
27	TO	0,024	26	26	26

legenda
Norte
Nordeste
Sudeste
Sul
Centro-Oeste
Média BR
N Top 5
N Últ. 5

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação.

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

2.7 Economia criativa

O pilar 'Economia criativa' avalia o papel da criatividade na capacidade inovativa dos estados ao mensurar a tradução de ideias originais em geração de valor econômico - na forma de ativos de propriedade intelectual -, além da força dos setores criativos dentro de suas economias e do dinamismo do comércio virtual. O subíndice do IBID referente ao pilar de inovação 'Economia criativa' divide-se em 3 dimensões – 'Ativos intangíveis', 'Bens e serviços criativos' e 'Criatividade online' – e é composto por 11 indicadores (Fig.30).

Fig.30. IBID: estrutura do pilar de inovação 'Economia criativa

Pilar	Dimensão	Indicadores
Economia criativa	Ativos intangíveis	Depósitos de Marcas em termos per capita
		Depósitos de Desenhos Industriais em termos per capita
		Marcas vigentes em termos per capita
		Participação no total de depósitos de Indicações Geográficas
	Bens e serviços criativos	Valor adicionado bruto das atividades de artes e cultura
		Empregos em setores criativos
		Indústrias criativas
		Salários em setores criativos
	Criatividade online	Número de acessos à Internet
		Depósitos de Programas de Computador
		Valor do comércio eletrônico (e-commerce)

Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Santa Catarina são destaques em 'Economia criativa' (Fig.31)

- 'Economia criativa' apresenta a maior amplitude de pontuação entre todos os sete pilares do IBID. Essa oscilação acontece porque a produção de bens intangíveis e as atividades do setor estão concentradas em poucos estados. Prova disso é que apenas sete unidades federativas têm nota maior que a média do país.

- Mesmo entre os líderes, a distância é marcante. O líder São Paulo supera o segundo colocado, Minas Gerais, por uma vantagem de 0,665 pontos. Na verdade, Minas Gerais está mais próximo de Maranhão (27º) do que do topo da tabela, ratificando a forte centralização da economia paulista no panorama nacional dos intangíveis.

- O Amazonas (9º) apresenta uma situação curiosa: é o quinto mais bem colocado em 'Bens e serviços criativos' ao mesmo tempo em que ocupa a última colocação em 'Criatividade online', apontando boa possibilidade de melhorar sua pontuação a partir do equacionamento dessa fragilidade.

Fig.31. IBID 2026: ranking do pilar 'Economia criativa' e por dimensão associada

	UF	IBID – Economia criativa	Ativos intangíveis	Bens e serviços criativos	Criatividade online
1	SP	0,986	1	1	1
2	MG	0,321	4	3	2
3	RJ	0,289	5	2	8
4	DF	0,275	8	4	3
5	SC	0,258	3	6	4
6	PR	0,252	2	8	5
7	RS	0,211	6	7	6
8	GO	0,119	7	12	11
9	AM	0,113	18	5	27
10	PE	0,111	12	9	19
11	PI	0,110	24	10	13
12	CE	0,109	11	11	16
13	RN	0,109	14	25	7
14	PB	0,108	17	18	9
15	ES	0,099	9	23	10
16	BA	0,090	10	13	18
17	MT	0,090	13	16	15
18	MS	0,080	15	24	12
19	SE	0,080	23	21	14
20	TO	0,076	20	19	17
21	AP	0,076	26	15	20
22	AC	0,075	27	14	22
23	AL	0,059	21	17	23
24	PA	0,054	19	20	25
25	RR	0,050	25	22	24
26	RO	0,032	22	27	21
27	MA	0,021	16	26	26

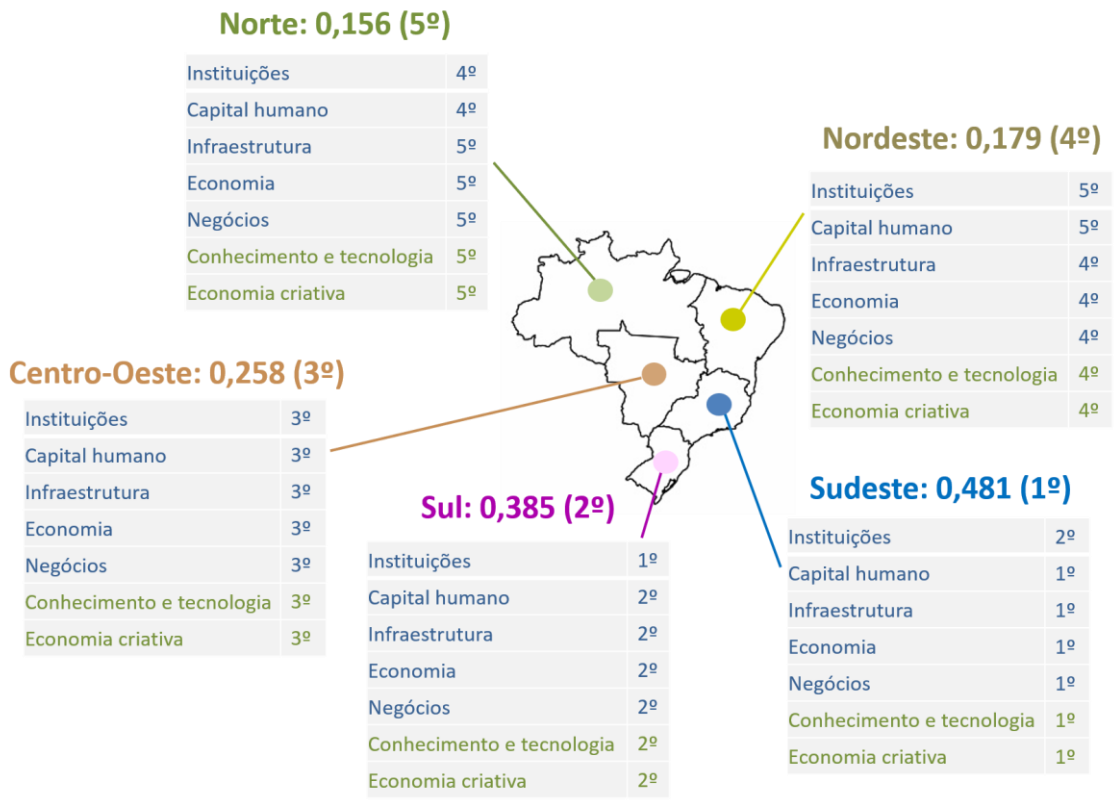


Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

3. Visão geográfica

O cartograma regional do IBID 2026 – baseado na pontuação média ponderada, pelo PIB per capita, do IBID de todas as UFs que integram uma região – mostra que as regiões Sudeste e Sul concentram os ecossistemas de inovação mais sofisticados do país (Fig.32). Ambas lideram os rankings em todos os pilares do índice: o Sudeste aparece em primeiro lugar em seis pilares, enquanto o Sul lidera em 'Instituições' – único pilar em que há inversão entre as duas regiões. A alta pontuação nos diferentes indicadores ratifica o alto grau de maturidade e competitividade de seus sistemas de inovação, refletindo diretamente seus níveis de desenvolvimento econômico e institucional.

Fig.32. IBID 2026: desempenho geral e por pilar de inovação das Grandes Regiões



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Ecoomia e Inovação (INPI, 2026).

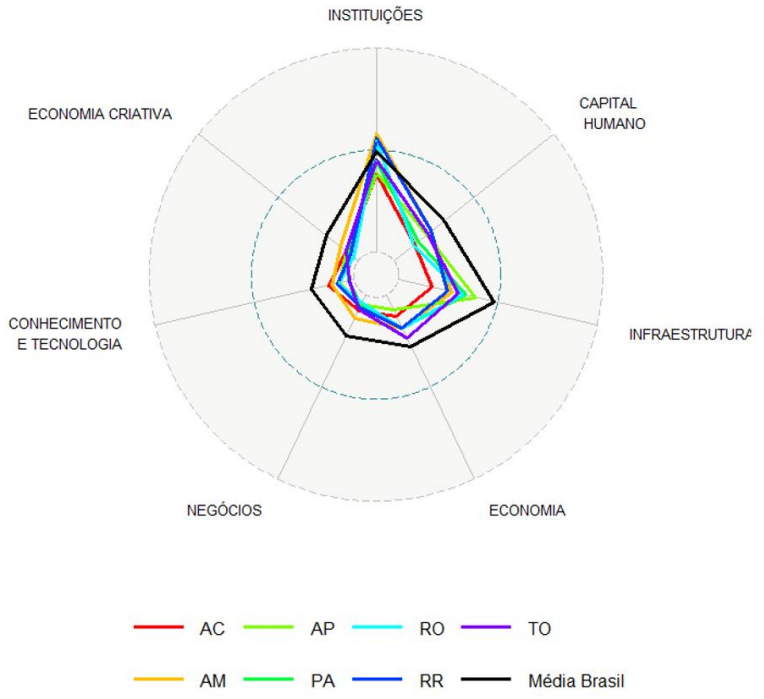
Na sequência, o Centro-Oeste ocupa uma terceira colocação consolidada, com desempenho estável nas diversas dimensões analisadas. Por sua vez, as regiões Nordeste e Norte seguem na base do ranking geral, com pontuações muito próximas entre si. Nos pilares 'Instituições' e 'Capital humano', o Norte se destaca e supera o Nordeste, que, por sua vez, é mais eficiente nos demais pilares. Esse cenário mostra a presença de fragilidades regionais importantes e aponta para a necessidade de medidas que favoreçam acesso mais abrangente à ciência, tecnologia e inovação. A leitura de conjunto confirma uma hierarquia regional nítida: Sudeste (0,481), Sul (0,385), Centro-Oeste (0,258), Nordeste (0,179) e Norte (0,156). A distância entre a primeira e a última região é de 3,1 vezes, e essa ordem se repete, com poucas inversões, na maioria dos pilares.

3.1 Norte

O radar da inovação na Região Norte mostra que seus estados apresentam desempenho abaixo da média nacional em seis dos sete pilares – com exceção de 'Instituições', onde algumas unidades federativas estão um pouco acima da média. Esse cenário evidencia vulnerabilidades importantes que limitam o avanço da região na criação de ecossistemas de inovação mais robustos. Nesse contexto, Amazonas (15º) e Roraima (20º) são as economias mais inovadoras do Norte segundo o IBID (Fig.33).

Fig.33. IBID 2026: visão sintética da Região Norte

Pos.	UF	IBID	IBID-Contexto	Pos.	IBID-Resultado	Pos.
15	AM	0,195	0,279	13	0,110	14
20	RR	0,163	0,259	16	0,067	23
21	TO	0,154	0,257	17	0,050	25
23	RO	0,150	0,245	22	0,055	24
24	AP	0,149	0,223	24	0,074	22
25	AC	0,138	0,176	27	0,101	16
26	PA	0,137	0,235	23	0,040	27
Norte		**0,156**	**0,242**		**0,071**	



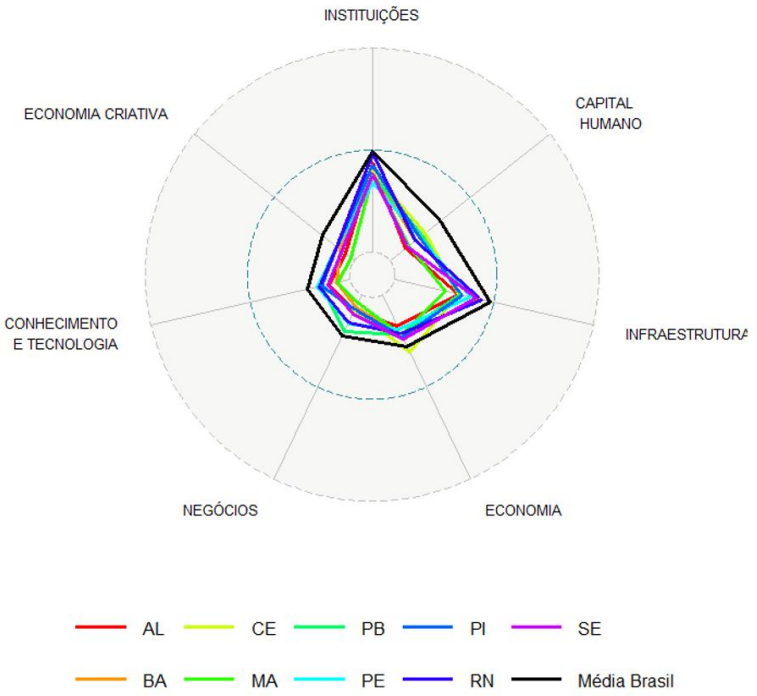
Fonte: INP, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

3.2 Nordeste

Todos os estados do Nordeste apresentam desempenho abaixo da média nacional nos sete pilares do IBID. Embora a distância seja menor em alguns pilares, como 'Instituições', 'Infraestrutura' e 'Economia', nenhum estado supera a média nessas categorias. A ausência de pontuações acima da média evidencia fragilidades que dificultam o amadurecimento dos sistemas de inovação da região, sinalizando aspectos merecedores de atenção quando da formulação de iniciativas estruturantes. Rio Grande do Norte (11º) e Ceará (13º) são as economias mais inovadoras do Nordeste (Fig.34).

Fig.34. IBID 2026: visão sintética da Região Nordeste

Pos.	UF	IBID	IBID-Contexto	Pos.	IBID-Resultado	Pos.
11	RN	0,210	0,290	12	0,131	9
13	CE	0,197	0,266	14	0,127	10
14	PB	0,195	0,265	15	0,126	12
16	PE	0,193	0,250	20	0,137	8
17	PI	0,190	0,252	19	0,127	11
18	SE	0,173	0,249	21	0,096	18
19	BA	0,168	0,256	18	0,079	21
22	AL	0,153	0,223	25	0,083	19
27	MA	0,122	0,202	26	0,042	26
Nordeste		**0,179**	**0,252**		**0,106**	



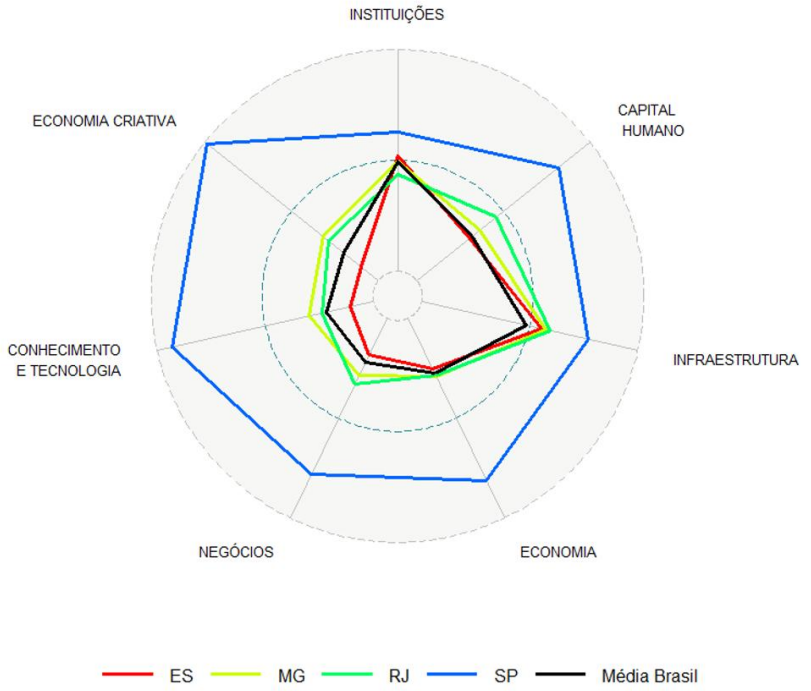
Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

3.3 Sudeste

Na Região Sudeste, o radar da inovação mostra clara vantagem de São Paulo (1º) em relação aos outros estados e à média nacional. Minas Gerais (5º) e Rio de Janeiro (6º) se situam um pouco acima da média. O Espírito Santo (9º) apresenta indicadores muito próximos da média, à exceção dos pilares de Resultado – 'Conhecimento e tecnologia' e 'Economia criativa'. Em resumo, a região traz a liderança incontestável de São Paulo e bons desempenhos dos demais estados, ainda que com níveis de inovação menos expressivos. (Fig.35).

Fig.35. IBID 2026: visão sintética da Região Sudeste

Pos.	UF	IBID	IBID-Contexto	Pos.	IBID-Resultado	Pos.
1	SP	0,861	0,763	1	0,960	1
5	MG	0,356	0,402	6	0,309	4
6	RJ	0,343	0,422	5	0,265	6
9	ES	0,233	0,363	9	0,103	15
Sudeste		**0,481**	**0,510**		**0,451**	



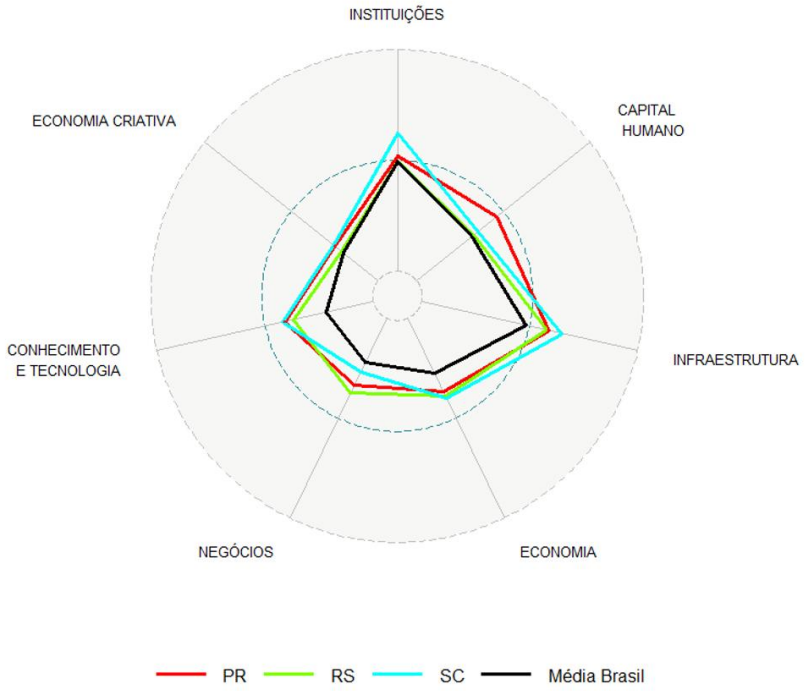
Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

3.4 Sul

Todos os estados da Região Sul apresentam expressivo desempenho acima da média nacional, com destaque especial no pilar 'Conhecimento e tecnologia'. O radar do IBID no Sul revela que os três estados da região possuem ecossistemas de inovação robustos e diversificados. Essa performance solidifica o papel do Sul como centro estratégico da economia da inovação no Brasil, impulsionado pela produção científica e difusão de tecnologia. Santa Catarina (2º) e Paraná (3º) são os líderes em inovação no Sul (Fig.36).

Fig.36. IBID 2026: visão sintética da Região Sul

Pos.	UF	IBID	IBID-Contexto	Pos.	IBID-Resultado	Pos.
2	SC	0,399	0,460	2	0,339	2
3	PR	0,393	0,455	3	0,332	3
4	RS	0,362	0,434	4	0,291	5
Sul		**0,385**	**0,450**		**0,321**	



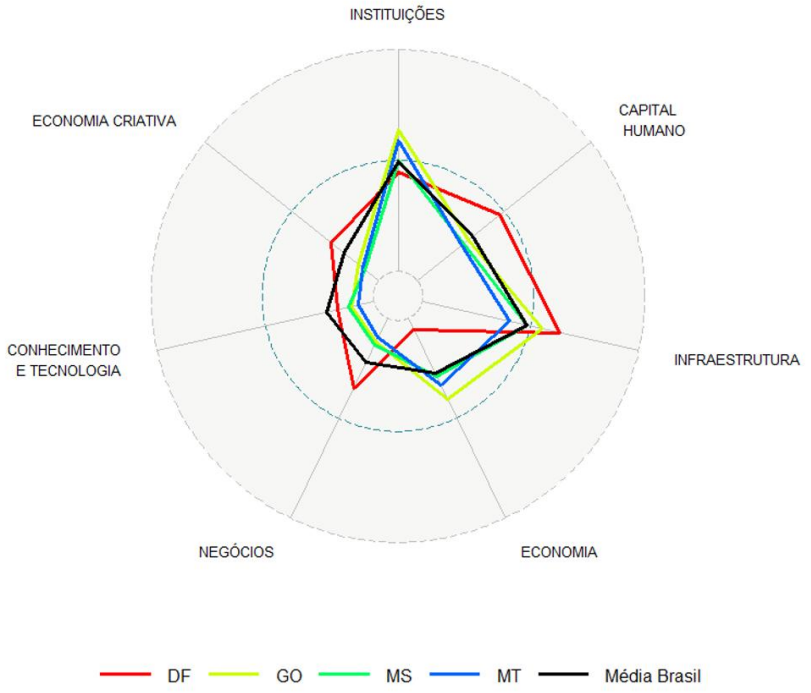
Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

3.5 Centro-Oeste

O radar da inovação do Centro-Oeste destaca a fragilidade do Distrito Federal (7º) no pilar 'Economia', em contraste com seu forte desempenho em 'Capital humano', 'Infraestrutura' e 'Negócios'. Por sua vez, Goiás (8º), Mato Grosso do Sul (10º) e Mato Grosso (12º) apresentam desempenho irregular em relação à média nacional, superando-a em alguns pilares e ficando aquém em outros, valendo destacar a performance goiana em 'Instituições', 'Infraestrutura' e 'Economia'. Distrito Federal (7º) e Goiás (8º) são os líderes em inovação no Centro-Oeste segundo o IBID (Fig.37).

Fig.37. IBID 2026: visão sintética da Região Centro-Oeste

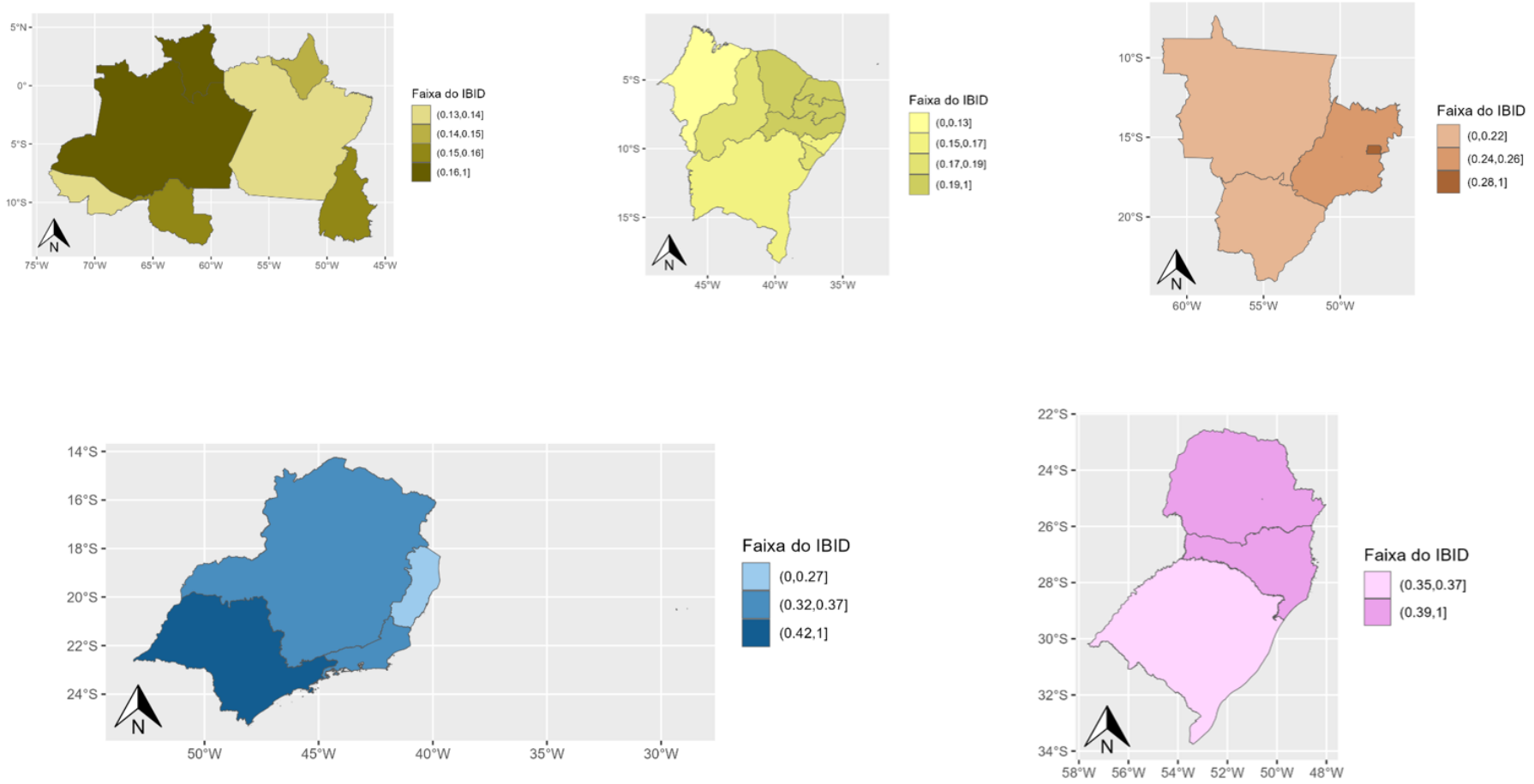
Pos.	UF	IBID	IBID-Contexto	Pos.	IBID-Resultado	Pos.
7	DF	0,307	0,393	8	0,221	7
8	GO	0,257	0,402	7	0,112	13
10	MS	0,217	0,335	11	0,099	17
12	MT	0,209	0,335	10	0,082	20
Centro-Oeste		**0,258**	**0,369**		**0,147**	



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

3.6 Visão de conjunto

Fig.38. IBID 2026: visão de conjunto das Grandes Regiões



Fonte: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação (INPI, 2026).

ANEXOS

Anexo 1. Metodologia

Engenharia de dados

Para a construção do Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID), o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) segue a metodologia utilizada pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) no Índice Global de Inovação (*Global Innovation Index*, *GII*). O *GII* é o indicador global de referência no campo da inovação que, anualmente, mede o desempenho dos ecossistemas de inovação de 139 países, dentre eles o Brasil.

Além de seguir a metodologia, o IBID possui, rigorosamente, estrutura de classificação idêntica à do *GII*: um índice geral desagregado em subíndices específicos para 2 grupos, 7 pilares de inovação e 21 dimensões. A adequação metodológica do *GII* às especificidades do Sistema Estatístico Nacional para a construção do índice brasileiro foi uma tarefa desafiadora.

O primeiro passo consistiu na análise da aplicabilidade da estrutura do *GII* para o desenvolvimento de métricas e índices de inovação subnacionais. Quais das métricas do *GII* estão disponíveis no Brasil em nível estadual? Para responder a essa pergunta, realizou-se ampla pesquisa junto a fontes oficiais e/ou disponíveis publicamente, resultando na seleção de 81 indicadores estatísticos[2].

Como primeiro critério para a definição dos indicadores, selecionou-se, à luz da descrição e método de cálculo de cada um, aqueles de correspondência automática ou aproximada com a cesta do *GII*, por pilar de inovação e dimensão. Tais indicadores prontamente foram incorporados ao IBID.

[2] A cada edição do IBID a cesta de indicadores do índice é objeto de avaliação para melhor alinhamento à cesta de indicadores do *GII* (a qual também é atualizada anualmente), momento este em que indicadores podem ser incluídos, excluídos, bem como ter sua fórmula de cálculo ou fonte de dados aprimorada. A cesta de indicadores que compõe o IBID 2026 é detalhada no 'Anexo 2. Glossário de Indicadores' e conta com 81 indicadores. Como novidade da edição 2026 destaca-se a inclusão do indicador 'Presença das mulheres no total de inventores de patentes'.

Há indicadores, no entanto, que não são relevantes abaixo do nível nacional para um grande número de países (variáveis que, por natureza, são voltadas à comparação internacional). Em outros casos, a análise de viabilidade, considerando a disponibilidade de dados, não tornou possível a sua implantação em nível estadual. Para estas situações específicas, o critério para a seleção do indicador substituto foi: (i) o alinhamento à filosofia da dimensão; e (ii) o *benchmarking* internacional, isto é, os indicadores selecionados por outros países dotados de índices subnacionais de inovação quando defrontados com o mesmo desafio técnico e metodológico.

Nesta etapa de definição do chamado Glossário de Indicadores do IBID (ver Anexo 2), foi utilizado como referência o documento "*Enabling Innovation Measurement at the Sub-National Level: A WIPO toolkit*" (OMPI, 2024), iniciativa do Departamento de Economia e Análise de Dados da OMPI orientada ao desenvolvimento – pelos países-membros – de índices oficiais de inovação de caráter regional. Além de oficiais, metodologicamente alinhados ao *GII*, permitindo análise complementar e detalhada do cenário da inovação em cada economia.

A experiência do Brasil neste tema foi apresentada pelo INPI na 65ª Assembleia Geral da OMPI, realizada em Genebra, Suíça, em julho de 2024. Durante o evento "*Enabling Innovation Measurement at the Sub-National Level: The Role of Regional Innovation Indices*", a Coordenação-Geral de Economia e Inovação do INPI[3] expôs o projeto de construção do IBID, incluindo a abordagem metodológica utilizada, em painel que contou com a participação da equipe responsável pela produção anual do *GII* e de representantes dos países que possuem índices subnacionais de inovação na atualidade.

Método de cálculo

Para agregar um conjunto de 81 indicadores de natureza e escala distintas em um índice multidimensional que varia de 0 a 1, a primeira etapa consiste no cálculo dos índices elementares, por UF. Para os indicadores cujo crescimento significa avanço, a fórmula utilizada para a padronização é:

$$\xrightarrow{p_i \equiv +1} I_{i,j} = \frac{v_{i,j} - min_i}{max_i - min_i}$$

Se o crescimento do indicador significa retrocesso da situação da UF, a fórmula utilizada é:

$$\xrightarrow{p_i \equiv -1} I_{i,j} = \frac{v_{i,j} - max_i}{min_i - max_i}$$

onde:

p_i é a polaridade do indicador i ;
$I_{i,j}$ é o índice elementar, i.e., o valor normalizado, de 0 a 1, do indicador i na UF j ;

[3] À época, Assessoria de Assuntos Econômicos do INPI (AECON).

$v_{i,j}$ é o valor do indicador i na UF j ;
min_i é o valor mínimo do indicador i dentre todas as UFs ;
max_i é o valor máximo do indicador i dentre todas as UFs .

Cumpre destacar que este procedimento de cálculo implica em cuidado na leitura das séries temporais dos dados do IBID. Deve-se evitar a comparação direta entre os índices estaduais de dois momentos no tempo. A construção do índice exige que seja analisada a posição relativa do estado frente aos demais nestes dois momentos.

O subíndice de cada dimensão, pilar de inovação ou grupo foi obtido pela média ponderada dos indicadores que a compõem, utilizando-se, para tal, os mesmos pesos utilizados pela OMPI na produção do *GII* do ano imediatamente anterior. Nas últimas edições, optou-se por atribuir o mesmo peso para as áreas no cálculo do indicador sintético. O mesmo cálculo se aplica ao índice geral para cada UF.

O cálculo dos índices superiores, por UF, é denotado pela seguinte fórmula:

$$I_{ag} = \frac{\sum_{I \in ag} w_{i,j} I_{i,j}}{\sum_{I \in ag} w_{i,j}}$$

onde:

I_{ag} é o índice superior para um dado agregado ag (geral, grupo, pilar ou dimensão) ;
$I_{i,j}$ é o índice elementar (ou do nível imediatamente abaixo) do indicador (ou do subíndice) i na UF j ;
$w_{i,j}$ é o peso do índice elementar (ou do nível imediatamente abaixo) do indicador (ou do subíndice) i na UF j dentro do agregado ag .

O indicador-síntese geral para as Grandes Regiões e o Brasil (média nacional) é obtido pela média ponderada dos indicadores-síntese das áreas para as UFs que as integram. Optou-se por atribuir, como peso para esta agregação, o PIB per capita de cada UF.

$$I_{ag}^{R} = \frac{\sum_{j \in R} w_j^R I_{ag,j}}{\sum_{j \in R} w_j^R}$$

onde:

I_{ag}^{R} é o índice superior para um dado agregado ag (geral, grupo, pilar ou dimensão) e região (Brasil ou Grande Região);
$I_{ag,j}$ é o índice superior para um dado agregado ag (geral, grupo, pilar ou dimensão) na UF j ;
w_j^R é o peso da UF j na região R (definido pelo PIB per capita).

Anexo 2. Glossário de Indicadores

1. Instituições

1.1 Ambiente institucional

1.1.1 Tempo de deslocamento para o trabalho | 2019

Tempo médio de deslocamento para o(s) trabalho(s), por semana, das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.1.2 Taxa de homicídios por 100 mil habitantes | 2024

Número de homicídios por 100 mil habitantes no ano.

Fonte: Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[4].

1.1.3 Qualidade da gestão fiscal dos Municípios | 2024

Soma das pontuações dos Munícipios no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) ponderadas pelas participações (%) dos Municípios na população da UF.

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

1.1.4 Qualidade das informações contábeis e fiscais dos Estados | 2024

Indicador, publicado pelo Tesouro Nacional, que confere pontuação aos Estados a partir de avaliação em 4 dimensões – Gestão da Informação, Informações Contábeis, Informações Fiscais e Cruzamento entre os Dados Contábeis e Fiscais.

Fonte: Tesouro Nacional.

1.2 Ambiente regulatório

1.2.1 Eficiência do Judiciário | 2025

Taxa de Congestionamento Líquida (percentual de processos que ficaram pendentes de solução ao final do período, comparativamente ao total tramitado, excluindo-se do cômputo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório).

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

[4] Todos os indicadores que utilizam dados de população têm o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como fonte.

1.2.2 Taxa de informalidade | 2025

Taxa de informalidade das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (%).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.2.3 Índice de transparência | 2025

Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP).

Fonte: Transparência Internacional.

1.2.4 Inadimplência | 2025

Participação de consumidores inadimplentes em relação à população acima de 18 anos de idade.

Fonte: Serasa.

1.3 Ambiente de negócios

1.3.1 Quantidade de empresas de alto crescimento | 2022

Número de unidades locais de empresas de alto crescimento em relação ao total de unidades locais.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.3.2 Taxa de sobrevivência das empresas | 2024

Estimativas Kaplan-Meier da taxa de sobrevivência (TODAS - exceto MEI), agregadas anualmente (média das empresas criadas entre 2020 e 2024).

Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

1.3.3 Empreendedorismo | 2025

Quantidade de empreendedores (empregador + conta própria) em relação à população ocupada total da UF, ponderada pela participação da UF na quantidade total de empreendedores do país.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.3.4 Taxa de desocupação | 2025

Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2. Capital humano

2.1 Educação básica

2.1.1 Ideb nos anos finais do ensino fundamental | 2025

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ensino Fundamental regular (anos finais).

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

2.1.2 Ideb do ensino médio | 2025

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ensino Médio regular.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

2.1.3 Proporção de matriculados na educação profissional técnica do ensino médio | 2025

Quantidade de matriculados na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em relação à população da UF na faixa etária ideal (15-17 anos).

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

2.1.4 Escolaridade média da população adulta | 2024

Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.1.5 Taxa de frequência escolar líquida do ensino médio | 2024

Taxa ajustada de frequência líquida no Ensino Médio segundo a faixa etária ideal no curso (15 a 17 anos).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.1.6 Relação estudante-professor no ensino fundamental | 2025

Relação, no ensino fundamental, entre o número de alunos matriculados e o número de professores.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

2.2 Ensino superior

2.2.1 População adulta com pelo menos o ensino superior completo | 2024

Pessoas de 25 anos ou mais de idade com Ensino Superior completo em relação à população residente total nesta faixa etária.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.2.2 Matriculados e concluintes do ensino superior em áreas tecnológicas (STEM) | 2024

Quantidade de matriculados e concluintes do Ensino Superior em áreas tecnológicas (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) em relação à população adulta da UF, ponderada pela participação da UF na quantidade total de matriculados e concluintes do Ensino Superior em áreas tecnológicas no país.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

2.3 P&D

2.3.1 Investimentos públicos em P&D | 2023

Participação de Investimento público em P&D no PIB estadual.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

2.3.2 Oferta de programas de pós-graduação de excelência | 2025

Quantidade de programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado) com avaliação nota 5, 6 ou 7 pela CAPES.

Fonte: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2.3.3 Bolsas de pesquisa e fomento à pesquisa | 2025

Investimento per capita da CAPES, CNPq e FAPs em bolsas e fomento à pesquisa ponderado pela participação de cada UF no total deste desembolso.

Fonte: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP).

2.3.4 Cursos de pós-graduação com temáticas afeitas à inovação industrial e agrícola | 2025

Quantidade de programas de cursos pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado) nas temáticas afeitas à inovação industrial e agrícola, com nota superior a 3 e que estejam em funcionamento.

Fonte: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

3. Infraestrutura

3.1 Tecnologias da informação e comunicação (TICs)

3.1.1 Percentual da população com acesso à internet | 2024

Percentual de pessoas que utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses na população de 10 anos ou mais de idade.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.1.2 Percentual da população com acesso a telefone móvel celular para uso pessoal | 2024

Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade (%).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.1.3 Percentual da população com conexão à internet banda larga no domicílio | 2022

Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram Internet no período de referência dos últimos três meses (%), por tipo de conexão à Internet no domicílio (somente banda larga fixa e móvel).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.1.4 Velocidade da internet banda larga | 2025

Velocidade de internet banda larga fixa, considerando operadoras nacionais e regionais.

Fonte: Portal Minha Conexão.

3.1.5 Domicílios com microcomputador ou tablet | 2024

Percentual de domicílios com microcomputador ou tablet por estado.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (MCTI/CGEE).

3.2 Infraestrutura geral

3.2.1 Acessibilidade ao mercado aéreo | 2025

Índice composto dos dados normalizados para a tarifa aérea média real dos voos domésticos (em R$), a distância média dos voos percorridos com origem em cada UF (km) e o total de aeroportos e aeródromos públicos disponíveis.

Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

3.2.2 Percentual da população com acesso à energia elétrica | 2025

Percentual de moradores em domicílios com energia elétrica proveniente de rede geral em tempo integral (%).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2.3 Consumo per capita de energia elétrica | 2025

Consumo médio anual per capita de energia elétrica (kWh/hab).

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

3.2.4 Qualidade das rodovias | 2025

Percentual da malha rodoviária com qualidade categorizada como bom ou ótimo estado de conservação.

Fonte: Confederação Nacional do Transporte (CNT).

3.2.5 Duração média de interrupção do fornecimento de energia elétrica | 2024

Relação entre a soma total das horas de interrupção multiplicada pelo número de domicílios impactados e o número total de domicílios.

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

3.2.6 Cobertura média de dados móveis nas rodovias | 2024

Cobertura média de dados móveis nas rodovias (% da extensão total).

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (MCTI/CGEE).

3.3 Sustentabilidade

3.3.1 Emissão de CO2 per capita | 2024

Emissões totais de CO2, em tCO2e, em relação à população residente total da UF.

Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

3.3.2 Empresas nacionais certificadas em gestão ambiental (ISO 14001) | 2025

Participação de empresas nacionais que obtiveram certificação no sistema de gestão ambiental (ISO 14001) no total de empresas da UF, ponderada pela participação da UF no total de empresas com ISO 14001 do país.

Fonte: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

3.3.3 Capacidade geracional de energia solar e eólica | 2025

Participação da capacidade geracional de energia solar e eólica da UF na capacidade total de geração de energia da UF, ponderada pela participação de capacidade geracional de energia solar e eólica da UF na capacidade geracional de energia solar e eólica total do país.

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

4. Economia

4.1 Crédito

4.1.1 Volume de crédito em proporção do PIB | 2025

Saldo total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (em R$ milhões) em relação ao PIB (em R$ milhões).

Fonte: Banco Central (BCB).

4.1.2 Desembolsos diretos do BNDES em termos per capita | 2025

Desembolsos diretos do BNDES per capita, ponderado pela participação de cada UF no total de desembolsos diretos do Brasil.

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

4.1.3 Operações contratadas junto à FINEP | 2025

Operações contratadas junto à FINEP (em R$ milhões) em relação ao PIB (em R$ milhões).

Fonte: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

4.2 Investimento

4.2.1 Despesas públicas empenhadas em C&T em termos per capita | 2025

Despesas públicas empenhadas em C&T em termos per capita da UF, ponderado pela participação de cada UF no total de despesas públicas empenhadas em C&T no Brasil.

Fonte: Tesouro Nacional.

4.2.2 Taxa de investimento (FBCF/PIB) | 2018

Participação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no PIB.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.2.3 Financiamento de investimentos em inovação pelo BNDES | 2025

Desembolsos do Sistema BNDES para financiamento de investimentos em inovação (em R$ milhões) em relação ao PIB (em R$ milhões), ponderado pela participação de cada UF no volume total de desembolsos.

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

4.3 Indústria, comércio e serviços

4.3.1 Produto Interno Bruto (PIB) | 2023

Produto Interno Bruto (em R$ milhões).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.3.2 Índice de simplicidade tributária | 2025

Indicador obtido pela multiplicação do nível de complexidade tributária (medida pelo Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH)) e do nível de visibilidade tributária (representado pela razão entre os tributos diretos e a receita tributária).

Fonte: Tesouro Nacional.

4.3.3 Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto da indústria | 2021

Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto a preços correntes da indústria.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.3.4 Valor adicionado bruto das indústrias de transformação | 2023

Participação no valor adicionado bruto da atividade econômica indústrias de transformação.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5. Negócios

5.1 Força de trabalho qualificada

5.1.1 Força de trabalho ocupada com ensino superior completo | 2024

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade com ensino superior completo ocupadas na semana de referência em relação à população ocupada total.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.1.2 Número de doutores empregados | 2025

Número de doutores empregados / total de pessoas empregadas (em milhares).

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

5.1.3 Mestres e doutores titulados com temáticas afeitas à inovação industrial e agrícola | 2024

Número de títulos de mestrado e doutorado em temáticas afeitas à inovação industrial e agrícola concedidos por 100 mil habitantes.

Fonte: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

5.1.4 Presença das mulheres no total de inventores de patentes | 2025

Participação de mulheres no total de inventores da UF ponderada pelo número de inventores mulheres per capita.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

5.2 Apoio à inovação

5.2.1 Quantidade de parques tecnológicos | 2025

Quantidade de parques tecnológicos em operação (com empresas ou instituições residentes).

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

5.2.2 Valor adicionado bruto das atividades científicas e técnicas | 2021

Participação da UF no valor adicionado bruto das atividades econômicas profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.3 Absorção de conhecimento

5.3.1 Importações de alta e média-alta intensidade tecnológica | 2025

Participação das importações de alta e média-alta intensidade tecnológica no total de importações da UF, ponderada pela participação da UF no total de importações de alta e média-alta intensidade tecnológica do país.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

5.3.2 Contratos de Transferência de Tecnologia averbados em termos per capita (cessionário) | 2025

Número de Contratos de Transferência de Tecnologia averbados (cessionário) per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de Contratos de Transferência de Tecnologia averbados (cessionário) no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

6. Conhecimento e tecnologia

6.1 Criação de conhecimento

6.1.1 Produção científica bibliográfica em áreas tecnológicas | 2024

Quantidade de produções científicas bibliográficas (artigos, trabalhos em anais e livros) em áreas tecnológicas (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) publicados em termos per capita da UF, ponderada pela participação da UF no total de produções científicas bibliográficas em áreas tecnológicas do país.

Fonte: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

6.1.2 Impacto científico das publicações | 2025

Número de publicações, per capita, entre os 10% mais relevantes nas áreas de *Biomedical and Health Sciences*, *Life and Earth Sciences*, *Mathematics and Computer Science*, *Physical Sciences and Engineering*.

Fonte: CWTS Leiden Ranking.

6.1.3 Depósitos de Patentes de Invenção em termos per capita | 2025

Depósitos de Patentes de Invenção per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de depósitos de Patentes de Invenção no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

6.1.4 Depósitos de Modelos de Utilidade em termos per capita | 2025

Depósitos de Modelos de Utilidade per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de depósitos de Modelos de Utilidade no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

6.1.5 Patentes vigentes em termos per capita | 2025

Patentes vigentes per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de Patentes vigentes no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

6.2 Impacto do conhecimento

6.2.1 Quantidade de *startups* | 2025

Quantidade de *startups* pelo número de empresas ativas na UF ponderada pela participação da UF no total de *startups* do Brasil.

Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

6.2.2 Quantidade de empresas inovadoras | 2017

Percentual de empresas inovadoras (que implementaram inovações de produto e/ou processo) em relação ao total de empresas de cada UF ponderado pela participação da UF no total de empresas inovadoras do Brasil.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.2.3 Depósitos de Patentes em agroindústria em termos per capita | 2023

Depósitos de Patentes em agroindústria per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de depósitos de Patentes em agroindústria no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

6.2.4 Depósitos de Patentes em saúde em termos per capita | 2023

Depósitos de Patentes em saúde per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de depósitos de Patentes em saúde no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

6.2.5 Depósitos de Patentes em biotecnologia em termos per capita | 2023

Depósitos de Patentes em biotecnologia per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de depósitos de Patentes em biotecnologia no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

6.2.6 Empresas nacionais certificadas em gestão da qualidade (ISO 9001) | 2025

Participação de empresas nacionais que obtiveram certificação no sistema de gestão da qualidade (ISO 9001) no total de empresas da UF, ponderada pela participação da UF no total de empresas com ISO 9001 do país.

Fonte: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

6.3 Difusão do conhecimento

6.3.1 Exportações de alta e média-alta intensidade tecnológica | 2025

Participação das exportações de alta e média-alta intensidade tecnológica no total de exportações da UF, ponderada pela participação da UF no total de exportações de alta e média-alta intensidade tecnológica do país.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

6.3.2 Grau de diversificação das exportações de alta e média-alta intensidade tecnológica | 2025

Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) das exportações de alta e média-alta intensidade tecnológica.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

6.3.3 Contratos de Transferência de Tecnologia averbados em termos per capita (cedente) | 2025

Número de Contratos de Transferência de Tecnologia averbados (cedente) per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de Contratos de Transferência de Tecnologia averbados (cedente) no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

7. Economia criativa

7.1 Ativos intangíveis

7.1.1 Depósitos de Marcas em termos per capita | 2025

Depósitos de Marcas per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de depósitos de Marcas no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

7.1.2 Depósitos de Desenhos Industriais em termos per capita | 2025

Depósitos de Desenhos Industriais per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de depósitos de Desenhos Industriais no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

7.1.3 Marcas vigentes em termos per capita | 2025

Marcas vigentes per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de Marcas vigentes no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

7.1.4 Participação no total de depósitos de Indicações Geográficas | 2025

Participação (%) de cada UF no total de depósitos de Indicações Geográficas no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

7.2 Bens e serviços criativos

7.2.1 Valor adicionado bruto das atividades de artes e cultura | 2022

Participação da UF no valor adicionado bruto da atividade econômica artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços associadas.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

7.2.2 Empregos em setores criativos | 2025

Proporção de empregos criativos em relação ao total de empregos.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

7.2.3 Indústrias criativas | 2025

Proporção de empreendimentos criativos em relação ao total de empreendimentos.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

7.2.4 Salários em setores criativos | 2025

Proporção de salários em setores criativos em relação à média salarial da capital de cada UF.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

7.3 Criatividade online

7.3.1 Número de acessos à Internet | 2025

Proporção do número de acessos à internet por meio de banda larga fixa em relação ao número de habitantes da UF.

Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

7.3.2 Depósitos de Programas de Computador | 2025

Depósitos de Programas de Computador per capita ponderado pela participação (%) de cada UF no total de depósitos de Programas de Computador no Brasil.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

7.3.3 Valor do comércio eletrônico (e-commerce) | 2024

Valor total bruto do comércio eletrônico por UF emitente em relação ao PIB de cada UF, ponderado pela proporção da UF no valor total do comércio eletrônico do país.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Referências bibliográficas

FREITAS, Elton; PAIVA, Nathanael. **Metodologia de cálculo do Índice de Complexidade Econômica regional**. DataViva/Cedeplar-UFMG, 2015.

FREITAS, Elton E. et al. **DataViva**: espaço de atividades e indicadores regionais de complexidade econômica. Texto para Discussão Cedeplar-UFMG, n. 657. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2023. Disponível em: https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD657.pdf

GALA, Paulo. **Complexidade econômica**: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A. et al. **The Atlas of Economic Complexity**: Mapping Paths to Prosperity. Cambridge, MA: Harvard CID/MIT Press, 2011.

HIDALGO, César A.; HAUSMANN, Ricardo. The building blocks of economic complexity. **PNAS**, v. 106, n. 26, 2009.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Plano Estratégico do INPI 2023-2026**. Rio de Janeiro: INPI, 2023.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID)**. Rio de Janeiro: INPI, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/inpi-data/indice-brasil-de-inovacao-e-desenvolvimento-ibid

OMPI. Organização Mundial da Propriedade Intelectual. **Global Innovation Index**. Genebra: OMPI. Disponível em: https://www.wipo.int/en/web/global-innovation-index.

OMPI. Organização Mundial da Propriedade Intelectual; CORNELL UNIVERSITY; INSEAD. **The Global Innovation Index 2013**: The Local Dynamics of Innovation. S. Dutta e B. Lanvin (Org.). Genebra: Cornell/INSEAD/OMPI, 2013.

OMPI. Organização Mundial da Propriedade Intelectual. **Global Innovation Index 2018 – Annex 3**: JRC Statistical Audit of the 2018 Global Innovation Index. Genebra: OMPI, 2018. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2018-annex3.pdf]

OMPI. Organização Mundial da Propriedade Intelectual. **Enabling Innovation Measurement at the Sub-National Level**: A WIPO Toolkit. Autores: Gaétan de Rassenfosse; Sacha Wunsch-Vincent. Genebra: OMPI, Departamento de Economia e Análise de Dados, 2024.

OMPI. Organização Mundial da Propriedade Intelectual. **Global Innovation Index 2025**: Innovation at a Crossroads. Genebra: OMPI, 2025.



Índice
Brasil de
Inovação e
Desenvolvimento

INPI INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL